



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CARLA LOPES FERREIRA

**POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA REPOSITÓRIOS
INSTITUCIONAIS BRASILEIROS REGISTRADOS NO OpenDOAR E NO
ROAR.**

Goiânia

2011

CARLA LOPES FERREIRA

**POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA REPOSITÓRIOS
INSTITUCIONAIS BRASILEIROS REGISTRADOS NO OpenDOAR E NO
ROAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Comunicação Científica.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes.

Goiânia

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Ferreira, Carla Lopes.

Políticas de funcionamento para repositórios institucionais brasileiros registrados no OpenDOAR e no ROAR / Carla Lopes Ferreira. – 2011.

91f. figs.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Henrique de A. Gomes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2011.

Bibliografia.

1. Comunicação Científica. 2. Repositórios Institucionais.
3. Política de Funcionamento. 4. OpenDOAR. 5. ROAR.
I.Título.

CARLA LOPES FERREIRA

**POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA REPOSITÓRIOS
INSTITUCIONAIS BRASILEIROS REGISTRADAS NO OpenDOAR E NO
ROAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Biblioteconomia da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em ____/____/____, pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes profissionais:

Prof^a. Orientadora Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes – UFG
Presidente da Banca

Prof^a. Ms. Fernanda de Souza Monteiro - UFG
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me conceder a oportunidade de enriquecer meus conhecimentos, meu aprendizado numa instituição de qualidade que muito contribuiu em minha vida.

Aos professores que me acompanharam desde sempre nos ensinamentos, no auxílio, na cobrança.

Aos colegas que passaram por todos esses anos, colaborando para que juntos pudéssemos superar as dificuldades. Suzana, Helouíse e todos os demais.

Sempre na universidade temos aqueles professores que sempre estão ao nosso lado e de quem somos admiradores: obrigada profa. Suely.

Aos meus familiares (mamãe, pai e irmã queridos) e amigos, pela paciência, pelo apoio e pela compreensão, principalmente naqueles momentos de ansiedade de um futuro bibliotecário.

Cada degrau que subi em minha vida, devo àqueles que, lá de cima, me estenderam à mão.

Muito, muito obrigada.

"Qualquer pessoa que tenha experiência com o trabalho científico sabe que aqueles que se recusam a ir além dos fatos raramente chegam aos fatos em si."

Thomas Huxley

RESUMO

Este trabalho aborda a questão dos repositórios institucionais - RIs e de como eles estão implantados no país. Para isso, esta pesquisa trata de forma exploratória e qualitativa a conceituação da comunicação científica e dos repositórios institucionais enquanto estratégias para aumentar a visibilidade da informação científica. O campo de estudo da pesquisa são os repositórios institucionais brasileiros que estão registrados no OpenDOAR e no ROAR, diretórios de registros de repositórios de acesso aberto. Levanta as políticas de funcionamento de RIs constituídas e analisa-as comparativamente com o modelo de política demonstrado por Fernando Leite, adaptado de Barton e Waters. Identifica 39 repositórios institucionais registrados no OpenDOAR e no ROAR e levanta 8 políticas de funcionamento constituídas, em julho deste ano. A análise comparativa destas políticas demonstra que as mesmas abordam assuntos gerais sobre seus repositórios e questões que deveriam ser definidas no documento, são tratadas de forma superficial ou nem são citadas, como os critérios para preservação digital e o descarte de itens.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Científica. Repositórios Institucionais. Repositórios Digitais. Movimento de Acesso Livre. OAI. OpenDOAR. ROAR. Políticas para Repositórios. Política de Funcionamento.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the question of institutional repositories - IRs and how they are implemented in this country. To do this, so this research is exploratory and qualitative concept of scientific communication and institutional repositories as a strategy to increase the visibility of scientific information. The field of research are the Brazilian institutional repositories that are registered in OpenDOAR and ROAR, directories of records from open Access repositories. Raises operating policies of IRs constituted and analyze them in comparison with the model policy established by Fernando Leite, adapted from Barton and Waters. Identifies 39 institutional repositories registered in ROAR and OpenDOAR 8 and up operating policies established in July this year. The comparative analysis of these policies shows that they cover general matters about their repositories and issues that should be defined in the document are treated superficially or not they are cited as criteria for digital preservation and disposal of items.

KEYWORDS: Science Communication. Institutional Repositories. Digital Repositories. Open Access Movement. OAI. OpenDOAR. ROAR. Policy Repository. Operating Policy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Acesso restrito aos resultados das pesquisas às instituições de ensino e pesquisa.....	25
FIGURA 2:Esquema modelo OA. Provedores de dados e provedores de serviços..	29
FIGURA 3:Página Inicial do sítio OpenDOAR.....	40
FIGURA 5:Página Inicial do sítio ROAR.....	41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Ações do movimento de acesso livre no mundo	30
QUADRO 2: Os RIs brasileiros registrados no OpenDOAR e no ROAR	42
QUADRO 3: Levantamento das Políticas constituídas nos RIs brasileiros encontrados no OpenDOAR e no ROAR	48
QUADRO 4: Comparação das características entre as políticas dos RIs obtidas e as diretrizes de Barton e Waters	51

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

BOAI	Budapest Open Access Initiative
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
IBICT	Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
OAI	Open Archives Initiative
OpenDOAR	The Directory of Open Access Repositories
RD	Repositório Digital
RI	Repositório Institucional
ROAR	Registry of Open Access Repositories
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
UnB	Universidade de Brasília
UFBA	Universidade Federal da Bahia
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	JUSTIFICATIVA	16
3	O PROBLEMA	17
3.1	QUESTÃO DA PESQUISA	17
4	OBJETIVOS	18
4.1	OBJETIVO GERAL	18
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
5.1	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	19
5.1.1	Formas de Comunicação Científica	20
5.1.2	Comunicação científica na Sociedade da Informação	22
5.2	MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	23
5.2.1	Open Archives Initiative – OAI	28
5.2.2	Principais Movimentos Nacionais e Internacionais de Acesso Livre	30
5.3	ESTRATÉGIAS PARA DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE	32
5.3.1	VIA VERDE: Repositórios Institucionais - RIs	32
5.3.1.1	Políticas para Repositórios Institucionais	36
5.3.1.1.1	<i>Políticas de Funcionamento de RIs</i>	36
6	METODOLOGIA	38
6.1	AMBIENTE DA PESQUISA	39

6.1.1	OpenDOAR	39
6.1.2	ROAR	40
6.2	AMOSTRA DA PESQUISA	41
7	ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	42
7.1	OS RIs BRASILEIROS REGISTRADOS NO OPENDOAR E NO ROAR	42
7.2	LEVANTAMENTO DAS POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO CONSTITUÍDAS.....	48
7.3	ANALISE DAS POLITICAS LEVANTADAS	51
7.3.1	Comparação das políticas levantadas com as diretrizes de Barton e Waters	51
7.3.1.1	Política do Repositório Digital da UFRGS (LUME).....	54
7.3.1.2	Política do Repositório Digital da USCS.....	55
7.3.1.3	Política do Repositório Institucional da UnB (RIUnB).....	55
7.3.1.4	Política do Repositório Institucional da UFBA (RI/UFBA).....	56
7.3.1.5	Política do Repositório Institucional da FURG	57
7.3.1.6	Política do Repositório Institucional da UFRN.....	57
7.3.1.7	Política do Repositório Institucional da UTFPR (RIUT).....	58
7.3.1.8	Política do Repositório Institucional da UFC (RI-UFC).....	58
8	CONCLUSÃO	59
	REFERÊNCIAS	61
	ANEXO A - Política Institucional de Informação do RI da UFRGS	64
	ANEXO B – Política Institucional de Informação do RI da USCS	68

ANEXO C – Política de Funcionamento do RI da UnB	70
ANEXO D – Política do RI da UFBA	77
ANEXO E - Política Institucional de Informação da FURG	79
ANEXO F - Política Institucional de Informação Técnico-Científica do RI da UFRN	82
ANEXO G – Política de Informação do RI da UTFPR	84
ANEXO H - Política Institucional de Informação Técnico-Científica do RI da UFC	91

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, uma nova forma de disseminação e acesso às publicações do meio científico vem reformulando o processo de comunicação científica e criando novos paradigmas, modificando os padrões de disseminação e acesso à informação. A crise dos periódicos científicos, iniciada no final dos anos 1970 e intensificada em de 1990, foi um acontecimento que demandou à comunidade científica buscar uma solução para o difícil acesso ocasionado pela hegemonia dos editores científicos, os quais retinham os direitos autorais patrimoniais, atribuíam custos de assinatura excessivos aos periódicos e colocavam barreiras de permissão sobre as publicações dos resultados das pesquisas realizadas (LEITE, 2009, p. 14).

O pouco ou nenhum acesso que detinham as instituições públicas ocasionava um paradoxo, pois, na maioria das vezes, os recursos públicos financiam amplamente a pesquisa científica, e os obstáculos impostos pelos editores científicos impediam que houvesse um retorno do acesso aos resultados dessas pesquisas, “limitando a visibilidade e a circulação do conhecimento científico” (LEITE, 2009, p. 15).

É no contexto da sociedade da informação e do conhecimento que ganham notoriedade os Repositórios Digitais (RD), um conjunto de serviços disponíveis à comunidade acadêmica e científica que possibilita o acesso à produção intelectual de forma fácil, segura e rápida. Nesta categoria se enquadram os Repositórios Institucionais (RIs), sistemas de informação que possibilitam o acesso à produção da instituição, sem que haja obstáculos de custo para tal, além de oferecem inúmeros benefícios ao pesquisador, para os administradores acadêmicos, para as universidades (e instituições) e para a comunidade científica (UNIVERSIDADE DE MANCHESTER, 200?, apud LEITE, 2009, p. 23).

Esses repositórios possibilitam o acesso aberto a qualquer documento de cunho científico e/ou acadêmico de autoria da instituição, sem que haja obstáculos para ler, fazer *download*, copiar ou imprimir qualquer arquivo que esteja hospedado no repositório, desde que seja reconhecida a propriedade intelectual, possibilitando o acesso ao conhecimento científico de forma livre e aberta e, conseqüentemente, a produção de novos conhecimentos.

Alguns estudos sobre o tema quanto à implantação e utilização de repositórios nas instituições demonstram que o uso dos mesmos promove a visibilidade

dos trabalhos disponibilizados, de seus autores e da instituição responsável, além de serem mais acessíveis à maioria das pessoas.

Atualmente, observa-se a existência de um grande número de repositórios institucionais, tanto em nosso país como no mundo. O *site OpenDOAR*¹ - *Directory of Open Access Repository* – ou Diretório de Repositórios de Acesso Aberto (tradução livre), como o próprio nome indica, mantém o registro de repositórios de acesso aberto no mundo. Segundo ele, atualmente² há 46 repositórios institucionais brasileiros registrados no diretório. Já no *site ROAR*³ - *Registry of Open Access Repositories* – Registro de Repositórios de Acesso Aberto (tradução livre), neste mesmo período, havia o registro de 48 repositórios institucionais/departamentais e interinstitucionais do Brasil. Pode-se dizer que esta é uma estatística positiva, visto que o registro dos repositórios nestes diretórios é voluntário e que muitos ainda não estão registrados nesses *sites*.

É baseado na crescente disseminação deste tema e no grande número de repositórios institucionais já implantados no país, que este trabalho levanta políticas de funcionamento constituídas, assim como se as questões que devem constar de uma política de funcionamento, segundo Barton e Waters, são abordadas nelas. Para isso, foram selecionados os repositórios institucionais brasileiros que estão registrados no *OpenDOAR* e no *ROAR* e buscou-se as políticas dos mesmos, tanto pelo *site* do repositório, como por contato pessoal (e-mail). Houve a necessidade, no entanto, de selecionar os que possuem características de RIs nesses diretórios, pois percebe-se que alguns dos que estão registrados se enquadram em outros tipos de serviço, apesar de estarem registrados como repositórios institucionais.

¹ www.opendoar.org

² Dados coletados em julho de 2011.

³ <http://roar.eprints.org/>

2 JUSTIFICATIVA

Ações em prol do movimento de acesso livre e aberto estão cada vez mais frequentes em nosso país e a conscientização da importância do uso de estratégias para disseminação da informação científica - como os Repositórios Institucionais, já é percebida na sociedade atual. Por ser ainda uma atividade muito recente, muitos repositórios existentes não possuem políticas definidas, ou possuem apenas a política parcializada de informação ou de autoarquivamento. Outra deficiência perceptível é que, em muitos RIs implantados há políticas definidas, entretanto, pouca divulgação é feita das mesmas, apesar de serem documentos que deveriam estar disponíveis de forma fácil e explícita ao usuário, uma vez que eles definem as principais características e aspectos técnicos dos repositórios. A política de funcionamento pode-se dizer uma das mais importantes em um RI, visto que ela descreve os principais envolvidos no repositório; estabelece responsabilidades, direitos e deveres; dentre outras funções.

Como dito anteriormente, as políticas que gerenciam o repositório e determinam as regras de uso do mesmo devem estar disponíveis aos seus usuários, de forma que eles compreendam a missão, os objetivos e as características do repositório institucional (tipos de documentos depositados, forma de arquivamento, preservação, entre outras.)

Como bem coloca Leite (2009, p. 71):

As políticas de funcionamento do repositório institucional são fundamentais para seu o [sic] estabelecimento como serviço de informação e reconhecimento por parte da comunidade. É com base nas regras determinadas na política que o serviço será prestado à comunidade.

Pensando nisso, este estudo faz-se importante por levantar quais políticas de funcionamento estão constituídas dos RIs brasileiros registrados no *OpenDOAR* e no *ROAR*, por serem diretórios que abrangem um grande número de registros acerca dos repositórios nacionais e internacionais. Atualmente, o *OpenDOAR* conta com 1980 repositórios de diversos tipos do mundo todo, já o *ROAR* dispõe de 2348 registros indexados de repositórios, também de todas as partes do mundo.

Apesar de já existirem referências importantes sobre o tema abordado neste trabalho, percebe-se que ainda são poucos os estudos que delimitem seu foco de pesquisa sobre as políticas que regem os RIs, fato influenciável na ausência de políticas bem estruturadas de repositórios institucionais, e que prejudica as ações em prol do movimento de acesso livre no país.

3 O PROBLEMA

A implantação de repositórios institucionais deve ser realizada com base em políticas e diretrizes constituídas, que especifiquem responsabilidades, detalhes técnicos e características do RI. Uma das políticas necessárias ao RI é a de funcionamento, que deve contribuir para integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da instituição; apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório; estabelecer estratégias para atrair usuários; instituir responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres; povoar o repositório; torná-lo legalmente oficial; preservação digital de longo prazo entre outros, conforme apresenta LEITE (2009, p. 71).

Um RI que não tenha políticas estabelecidas dificilmente conseguirá ser referência na comunidade científica para disseminação das informações da instituição e provavelmente será pouco utilizado pelos usuários como uma fonte de informação institucional. Por outro lado, muitos RIs, apesar de terem suas políticas de funcionamento constituídas, não as dissemina para o público-alvo ou ainda estão no processo de criação das mesmas.

Baseando-se nesta realidade, este trabalho pretende levantar políticas de funcionamento de repositórios institucionais brasileiros e identificar suas características e divergências entre si. Mais especificamente, foram selecionados os RIs que estão registrados no *OpenDOAR* e no *ROAR*, por serem diretórios que abrangem um grande número de registros acerca dos repositórios nacionais e internacionais e serem tidos como referências mundialmente conhecidas sobre o tema.

3.1 QUESTÃO DA PESQUISA

Os repositórios institucionais brasileiros registrados nos diretórios *OpenDOAR* e *ROAR* possuem políticas de funcionamento para esses RIs? Elas abordam as principais questões que devem ser definidas em uma política de funcionamento?

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como principal objetivo levantar e analisar as políticas de funcionamento de repositórios institucionais brasileiros, que estejam registrados nos diretórios *OpenDOAR* e *ROAR*.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

1. Identificar os repositórios institucionais brasileiros que estejam registrados no *OpenDOAR* e no *ROAR*;
2. Selecionar⁴, entre os resultados dos repositórios recuperados, aqueles que sejam repositórios institucionais, pois muitos são registrados inadequadamente como tal, mas se enquadram em outras características, sendo serviços de outros tipos, tais como repositórios temáticos.
3. Levantar as políticas de funcionamento dos repositórios institucionais brasileiros encontrados nos diretórios através dos sites dos repositórios e buscar aquelas que não estejam divulgadas no site do repositório, por meio de email para contato, fale conosco ou, se necessário, por telefone.
4. Apontar que questões recomendadas por Barton e Waters são abordadas nas políticas de funcionamento levantadas;
5. Comparar as políticas levantadas, de acordo com o que Barton e Waters recomendam que deva ser definido na política.

⁴ Selecionar, no contexto desta pesquisa, se deve à atividade desenvolvida durante a análise, no site do repositório, afim de esclarecer se o repositório é institucional ou se o registro foi feito inadequadamente e o mesmo se enquadra em outro tipo de serviço de disseminação da informação científica.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar este estudo, torna-se necessário a abordagem de temas relacionados às políticas de funcionamento dos repositórios institucionais. Assim, primeiramente é contextualizada a comunicação científica, suas formas de comunicação e sua atuação na sociedade da informação. Depois são apresentados os conceitos e ações vinculados ao acesso livre e o *Open Archives Initiative* e, ainda, os principais movimentos nacionais e internacionais do acesso livre. Logo após, as estratégias de acesso livre e aberto para disseminação da informação científica são apresentadas, assim como o contexto dos repositórios institucionais, enquanto sistemas de informação que utilizam *avia verde* para disseminar a informação acadêmico-científica. Também é discutida a importância das políticas que regem esses sistemas de informação e as características, em particular, das políticas de funcionamento dos RIs.

5.1 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Buscar informação e meios de solucionar problemas é algo tão intrínseco ao ser humano que, seria lógico imaginar o movimento de acesso livre à informação científica como um processo natural de comunicação. Esse processo precisa ser eficiente, pois é parte fundamental da investigação científica. Um conceito conhecido de comunicação científica é o de Meadows (1999, apud LEITE, 2010):

“A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica”.

Como partes inerentes ao desenvolvimento da ciência, a comunicação e a informação são decisivas, “pois além de proporcionarem a cooperação e integração entre os pesquisadores, contribuem para o reconhecimento das descobertas, confirmação de competências e o estabelecimento de credibilidade e aceitação do pesquisador na comunidade científica”. (OLIVEIRA; NORONHA, 2005, p. 77).

Para Garvey (1999, apud OLIVEIRA; NORONHA, 2005), a comunicação científica está envolvida num processo que perpassa por dois momentos: o da produção

e o da divulgação do conhecimento, momento este que ocorre através dos diversos tipos de canais de comunicação entre os pesquisadores. Para este mesmo autor, a comunicação científica também pode ser entendida como:

Conjunto de todas as atividades que englobam a produção, disseminação e uso da informação desde o início do processo de criação científica, o seu princípio, em que as idéias da pesquisa são geradas, até o momento da aceitação dos resultados como parte do corpo de conhecimento científico. (GARVEY, 1979, apud LEITE, 2010).

A comunicação científica ocorre através da interação entre os pesquisadores, por meio da troca de informações, nos canais de comunicação. “A repetitiva máxima de que as tecnologias da informação e comunicação proporcionaram uma rearticulação nas formas de produção do conhecimento científico tem efetivamente se vulgarizado em meio às universidades”, é o que afirma Caxias (2008, p. 302), sobre este fenômeno, que atualmente é o alicerce das instituições, principalmente quando se fala numa das suas atividades fundamentais: a pesquisa.

Ainda sobre essa troca de informações para a comunicação científica, Targino (2000, p. 10) reitera que:

Eles [os membros das comunidades científicas] trocam continuamente informações com seus pares, emitindo-as para seus sucessores e/ou adquirindo-as de seus predecessores. É a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem.

Pode-se dizer que o conhecimento científico compreende um processo cíclico.

Nesse processo, a publicação científica exerce uma função essencial, na medida em que viabiliza a divulgação dos resultados de pesquisa e promove a discussão entre os pares. Por um lado, a construção do conhecimento científico depende da disseminação e da transferência das informações, com o intuito de consolidar novos conceitos, por outro lado, o processo interativo de discussão e aprovação pelos cientistas garante confiabilidade à pesquisa. (MORENO; ARELLANO, 2005, p. 78).

5.1.1 Formas de Comunicação Científica

O processo do que se denomina hoje a comunicação científica teve em sua estrutura algumas mudanças importantes. Uma delas, pode-se destacar: a forma como os pesquisadores se comunicam e trocam informações. A popularização dos meios de

comunicação informais modificou o processo de comunicação científica, é fato já comum na literatura específica.

Targino (2000, p. 18) fala sobre esta mudança de comportamento entre os cientistas:

(...) o cientista isolado dá lugar ao pesquisador engajado na comunidade científica que exige competitividade e produtividade. A fim de que as novas informações e concepções formuladas tornem-se contribuições científicas reconhecidas pelos pares, devem ser comunicadas de forma a favorecer sua comprovação e verificação, e a seguir, sua utilização em novas descobertas. Isto significa que o cientista lança mão das alternativas possíveis para difusão de seu trabalho, apelando para formas diferenciadas de comunicação, que vão desde os recursos mais informais aos recursos eletrônicos. E não são eles excludentes ou antagonicos. Ao contrário, complementam-se e interagem. E mais, ora apresentam características formais, ora informais, pois o comportamento dos cientistas no domínio informal inclui em seu escopo aspectos do comportamento formal.

Targino (2000, p. 18) aponta que apesar disso, esses meios não são unanimidade entre os teóricos, considerando as diversidades entre os campos de estudo, mas a categorização desses canais é a mais utilizada atualmente, como ainda afirma autora.

Considerando o estudo desta mesma autora, os canais de comunicação científica podem ser divididos em **canais formais, informais e semiformais**. Resumidamente, podem ser definidos, segundo Targino (2000, p. 18-20), como:

- a) *Canais Formais*: meios de comunicação escrita, como livros, periódicos, obras de referência, teses, dissertações. Passam por avaliação de pares e a informação é relativamente velha.
- b) *Canais Informais*: ocorre muitas vezes na fase inicial da pesquisa, através de contatos pessoais entre os pesquisadores, por meio de *chats, e-mails*, apresentações em congressos, encontros, cartas, reuniões ou contato telefônico. Informação recente, não passa por avaliação de pares.
- c) *Canais Semiformais*: possui aspectos formais e informais, *pré-print* ou *pré-papers*, versões de pesquisas não publicadas oficialmente e apresentam em suas características aspectos formais e informais.

Os diferentes canais de comunicação científica são utilizados no desenvolvimento da pesquisa e se complementam, possibilitando o enriquecimento de ideias e trocas de informações através dos canais informais e semiformais, e a

oficialização da pesquisa, na publicação avaliada por pares de forma rígida, nos canais formais.

5.1.2 Comunicação Científica na Sociedade da Informação

Machado (2006, p. 30) fala sobre a comunicação científica nesta sociedade da informação:

A comunicação científica na Sociedade da Informação se apresenta como elemento formador e transformador dentro de um processo evolutivo, no qual a sociedade se apropria de práticas utilizadas por cientistas e seus meios de comunicação para melhorar suas atividades cotidianas e para a criação de outras.

Este mesmo autor também afirma que a utilização da internet influenciou no acesso e na disseminação da informação, possibilitando a interação de diferentes comunidades e o surgimento de outras. Antes, a informação era limitada a pequenos grupos de determinados locais, ocasionando a perda e no esquecimento da mesma, fato contrário de hoje, onde a busca por informação se faz presente em todos os níveis sociais e por diversas formas, gerando compartilhamento de conhecimento entre os indivíduos e, a partir disso, a produção de novos.

O conceito “sociedade da informação” será aqui entendido como uma tendência dominante, centralizada na flexibilidade e enfatizada nas novas tecnologias; que está presente mesmo em economias menos industrializadas. As tecnologias da informação fazem parte do convívio social desta nova sociedade e contribuem em sua transformação tecnológica, além de ser altamente influenciável no processo de comunicação entre os indivíduos (WERTHEIN, 2000).

Outro conceito clareador de sociedade da informação é o de Moore (1999 apud SANTOS; DUARTE; PRATA, 2008, p. 211), que caracteriza a Sociedade da Informação pelo desenvolvimento de informação na economia, tendo como função a satisfação da demanda geral por produtos e serviços da informação. Uma parte desse setor refere-se à infraestrutura tecnológica, ou seja, às redes de telecomunicações e computadores. O conhecimento emerge como elemento central do processo gerador de desenvolvimento econômico e social.

“A tecnologia foi um dos pilares da sociedade da informação (...), possibilitou o surgimento de novas ciências e facilitou o compartilhamento do conhecimento científico”, como afirma Machado (2006, p. 32).

Este paradigma “sociedade da informação”, segundo Castells (2000, apud WERTHEIN, 2000), possui dentre suas principais características:

- a) *A informação como matéria-prima*: as tecnologias se desenvolvem para possibilitar o homem a lidar com a informação, fluxo contrário do passado, cuja tendência era utilizar as informações para agir sobre as tecnologias;
- b) *Os efeitos das tecnologias têm alta penetrabilidade*: já que a informação é parte integrante da atividade humana;
- c) *Predomínio da lógica de redes*: característica de relações complexas, facilmente implantada em qualquer processo, graças às novas tecnologias;
- d) *Flexibilidade*: processos flexíveis, reversibilidade, alta capacidade de reconfiguração;
- a) *Crescente convergência de tecnologias*: na microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, computadores e também biologia. Construção de categorias baseadas na interligação de diversas áreas do conhecimento.

No processo de construção social e científica, a interatividade proporciona ao indivíduo a condição de agente ativo, segundo Machado (2006, p. 32). Essa interatividade fica mais visível nas TICs existentes na atualidade, nas quais os usuários constroem informação e conhecimento, participam de comunidades, fóruns, acessam publicações recentes e se comunicam com os pesquisadores de forma mais fácil e rápida. Ainda, segundo Oliveira e Noronha (2005, p. 80), “a interatividade na comunicação científica pode ser entendida como a possibilidade de ampliação na participação de pesquisadores em colégios invisíveis, na construção cooperativa de informações através da autoria coletiva (...)”.

5.2 MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Segundo Kuramoto (2008), o acesso livre pode ser definido como:

O conceito de Acesso Livre diz respeito a informação digital, em tempo real, e que deve acontecer de forma gratuita, livre da maior parte das restrições relativas aos direitos autorais e licenciamento. Isso é possível graças à

Internet e ao consentimento do autor ou do detentor dos direitos intelectuais. A literatura em Acesso Livre, porém, não é livre de custos, mesmo sendo mais acessível do que a literatura publicada em meios convencionais.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e o uso da *Internet* foram responsáveis pela mudança significativa que ocorreu entre a comunidade científica e as formas de comunicação entre si. A expressão “interação” entre o usuário e o meio utilizado por este foi e está sendo cada vez mais utilizada para representar a revolução no meio científico. Considerando o impacto dessas novas tecnologias no processo de comunicação entre os indivíduos, observa-se uma evolução natural no caminho percorrido pela informação científica, visto que a mesma está cada vez mais disseminada ao público e que já não há tantos obstáculos no acesso à informação como se via numa realidade anterior à atual.

Graças ao movimento de acesso livre as publicações estão mais acessíveis ao público e ficou mais fácil adquirir conhecimento para produção de novos conhecimentos. Segundo Harnad (2007), o que tornou resultados de pesquisa científica e acadêmica publicados em revistas acessíveis primeiramente, foi o meio digital: a *Internet*, a *Web*, e em seguida o modelo de interoperabilidade estabelecido pela *Open Archives Initiative* (OAI). O autor destaca que é importante a elucidação de que o acesso livre não é de todo e qualquer conhecimento, mas do conhecimento acadêmico-científico. Além disso, o autor também afirma:

O ALi[Acesso Livre] aplica-se principalmente a artigos, à exceção de revistas gratuitas, todos aqueles que o autor escreveu somente para efeito de maximizar o seu uso e impacto, sem finalidade lucrativa, mas cujos *copyrights* foram gratuitamente entregues aos editores. (HARNAD, 2007)

Esse movimento define estratégias para maior visibilidade e acesso à informação científica, visto que grande parte das pesquisas é financiada com recursos públicos, sendo as instituições públicas, obviamente, as que mais teriam direito de acesso aos resultados dessas pesquisas. Mas, segundo Kuramoto (2006, p. 92-93), não é isso que ocorre no sistema de comunicação científica tradicional:

O pesquisador ou qualquer outro cidadão, para ter acesso àquilo que foi produzido com o apoio do Estado, precisará pagar pela assinatura de uma publicação científica. Trata-se de uma situação paradoxal, pois o Estado, para promover o acesso àquilo que produz, é obrigado a arcar com os custos de manutenção das coleções das revistas em que são publicados os resultados de sua produção científica. É evidente que essas coleções disseminam também resultados de pesquisas promovidas por outros países e instituições. Tais colocações constituem apenas uma faceta do problema, existe a questão dos direitos autorais, os quais são entregues aos editores das revistas. Os autores

nada recebem pelas publicações de seus trabalhos, tendo muitas vezes de pagar para ver os seus trabalhos publicados. Trata-se de um modelo cujo maior beneficiário são os editores das revistas científicas, suportado pelos pesquisadores e pelo Estado, que, em última análise, mantém as assinaturas dessas revistas e, indiretamente, exige que seus pesquisadores tenham a notoriedade de publicar nessas revistas.

Ilustrando os dizeres de Kuramoto, pode-se observar, na imagem abaixo, como o modelo tradicional de comunicação científica prejudica o acesso às instituições públicas que financiam as pesquisas científicas:



FIGURA 1: Acesso restrito aos resultados das pesquisas às instituições de ensino e pesquisa.

FONTE: LEITE (2010).

Segundo Mueller (2006, apud BORGES, 2010), a “crise dos periódicos” abalou o sistema de comunicação tradicional, em 1980, ao impossibilitar às bibliotecas universitárias e de pesquisa, nos Estados Unidos, que mantivessem coleções de periódicos para atender à demanda crescente dos seus usuários. A falta de recursos financeiros dessas bibliotecas e ao preço excessivo das assinaturas dos periódicos desencadeou o pouco ou nenhum acesso à informação a essas instituições.

Leite (2010) afirma que, com o acesso restrito à informação científica, motivado pelas prioridades dos editores científicos, há uma insatisfação por parte dos pesquisadores, por seus trabalhos não terem a visibilidade necessária para o aumento de prestígio e, conseqüentemente, ao reconhecimento na comunidade científica. Além de não possuírem mais direitos autorais sobre seus trabalhos, que são cedidos aos editores científicos. O autor também afirma que, além dos pesquisadores, há insatisfação por parte dos leitores, das bibliotecas e das instituições de pesquisa e fomento:

- *Leitores:* não têm acesso à toda a literatura científica de que necessitam, tornando-se menos produtivos;

- *Bibliotecas*: não podem satisfazer as necessidades de informação de seus usuários;
- *Agências de fomento/Institutos de pesquisa/Universidades*: Não possuem controle da produção científica que financiam; não têm condições de manter assinaturas de periódicos científicos.

Assim, surgiram novas alternativas para os periódicos científicos, juntamente com iniciativas para o acesso livre às produções científicas (BORGES, 2010, p. 19). Moreno e Arellano (2005, p. 78) comentam sobre a mudança ocorrida no ambiente científico com as novas alternativas de acesso à informação:

A comunidade científica começou a usar mecanismos para autopublicação e distribuição de publicações acadêmicas em formato eletrônico. A introdução de novas tecnologias de informação, com suas possibilidades de interatividade, hipertextualidade (liberdade na criação de textos provendo interconexões entre informações vinculadas) e hipermediação, provocou uma mudança rápida do ambiente e no aumento de publicações eletrônicas.

A contribuição das publicações eletrônicas e dos novos formatos digitais é visível, suas vantagens são inúmeras, se comparadas às publicações impressas tradicionais:

- Mais fáceis de serem armazenadas;
- Busca e Acesso mais rápidos;
- Grande variedade de publicações sobre o mesmo tema;
- Maiores recursos de recuperação da informação;
- Maior interação entre autores e pesquisadores;
- Recursos diversos de acesso aberto: bases de dados, arquivos multimídia, artigos científicos etc.

Segundo Targino (1999, apud MORENO; ARELLANO, 2005), a publicação científica eletrônica é a transmissão de informações científicas através de meios eletrônicos. O movimento de acesso livre, na visão de Oliveira e Chalhub (2009), “democratiza[r] o acesso à informação, desonera[r] de universidades e institutos de pesquisa no pagamento para o acesso aos resultados de pesquisas publicados nas revistas científicas”.

A *Internet* foi promotora na criação de novas formas de comunicação científica e suportes, e possibilitou a criação de novos espaços para compartilhamento de informações. Os *Open Archives* são um exemplo disso, produtos da evolução tecnológica, direcionados à comunicação científica e podem ser definidos da seguinte forma:

Os *Open Archives* são repositórios de trabalhos científicos em forma digital, o primeiro deles, o arXiv.org, surgiu em 1991, por iniciativa de Paul Ginsparg, do Los Alamos National Laboratory, e desempenhou papel importante junto à comunidade científica de Matemática, Física, Astronomia e Ciência da Computação. (MACHADO, 2006, p. 37).

Ainda segundo o autor, são arquivos digitais, podendo ser versões preliminares de publicações (*pré-prints*), ou artigos aceitos que passaram por revisão por pares (*e-prints*). Podem ainda, serem considerados como Bibliotecas Digitais desenvolvidas na web por cientistas para cientistas, nas quais os leitores podem submeter comentários aos trabalhos publicados.

O conceito de Acesso Aberto não é tão consensual ou óbvio. Assim,

Por acesso aberto, entendemos a disposição livre, gratuita e sem barreiras ou restrições financeiras e técnicas, de literatura científica através da Internet ou na forma impressa, permitindo que a mesma possa ser lida, impressa, copiada e distribuída sem fins comerciais. Entendemos que o único limite para a reprodução e distribuição deve ser o direito do autor sobre a integridade e crédito de sua obra, assim como a citação adequada. (DECLARAÇÃO..., http://www.acessoaberto.org/carta_de_sao_paulo_acesso_aberto.htm, 2005)

O movimento de acesso livre é baseado em duas estratégias, conhecidas como Via Dourada e Via Verde. A *Budapest Open Access Initiative* traz uma definição das vias de estratégias do acesso livre (2001, apud LEITE, 2009):

- A *Via Dourada – Gold Road*, significa o acesso aberto promovido nos próprios periódicos científicos, de modo que os artigos científicos possam ser disseminados sem restrições de acesso ou uso
- A *Via Verde – Green Road*, significa o sinal verde dos editores científicos para o arquivamento da produção científica pelos próprios autores [autoarquivamento] em repositórios digitais de acesso aberto, especialmente os repositórios institucionais.

Algumas editoras, no entanto, sugerem uma *terceira via*, na qual os autores publicam em revistas tradicionais, mas lhes é permitido escolher como seus artigos são publicados: pelo acesso aberto, o que significa que o artigo da revista está disponível gratuitamente para todos, ou o autor paga uma taxa de publicação em acesso aberto. É o que afirma a *Erasmus Universiteit Rotterdam*, na sua página oficial, ao explicar o que é o Acesso Livre, e cita como exemplos de editores que permitem esta “*terceira via*” Springer, Brill e Sage.

Um dos principais objetivos do acesso aberto é disponibilizar informação científica sem restrição para acessá-las, copiá-las, distribuí-las, citá-las, direito de produzir obras derivadas em qualquer suporte digital e para qualquer propósito, versão completa da obra e dos materiais suplementares.

5.2.1 *Open Archives Initiative*– OAI

Segundo Machado (2006, p. 40), a *Open Archives Initiative* - OAI, nasceu em 2004, por meio do evento chamado de Convenção de Santa Fé, onde foi apresentada uma nova filosofia para a publicação científica. Seu objetivo é desenvolver e promover soluções de interoperabilidade que facilitassem uma disseminação eficiente do conteúdo dos *Open Archives*. Kuramoto (2006, p. 94) apresenta um resumo sobre as propostas dessa convenção:

Essa convenção definiu as especificações técnicas e os princípios administrativos para se estabelecer um mínimo, mas potencialmente alto, nível funcional de interoperabilidade entre esses repositórios. São necessários os seguintes componentes tidos como essenciais para um arquivo de *e-prints*: mecanismo de submissão; sistema de armazenamento a longo prazo; uma política de gestão para a submissão e preservação de documentos; uma interface aberta que permita terceiros coletar os metadados dos respectivos arquivos.

Ainda segundo este autor, a convenção estabeleceu também a existência de dois atores nesse modelo, os **provedores de dados** (*data providers*) e os **provedores de serviços** (*service providers*).

Os provedores de dados são os gestores de arquivos *e-prints*, os quais devem ser dotados, no mínimo, das seguintes funcionalidades: mecanismos de submissão para o autoarquivamento dos trabalhos ou *papers*; sistema de armazenamento a longo prazo; mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar a sua colheita por terceiros, ou provedores de serviços. Um exemplo de provedores de dados, implementação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) são as instituições de ensino superior mantenedoras de programas de pós-graduação (IES). Na BDTD, as

IES mantêm os repositórios locais onde são depositadas as teses e dissertações.

Os provedores de serviços são as instituições ou serviços de terceiros que implementam os serviços com valor agregado a partir dos dados coletados junto aos arquivos *e-prints*, ou repositórios digitais. Um exemplo de provedor de serviço, no caso da BDTD, é o Ibict, instituição de âmbito nacional que faz a coletados metadados que descrevem as teses e dissertações dos repositórios mantidos pelas IES. (KURAMOTO, 2006, p. 94)

Exemplo de provedores de dados e serviços podem ser observados na imagem seguinte (LEITE, 2010):

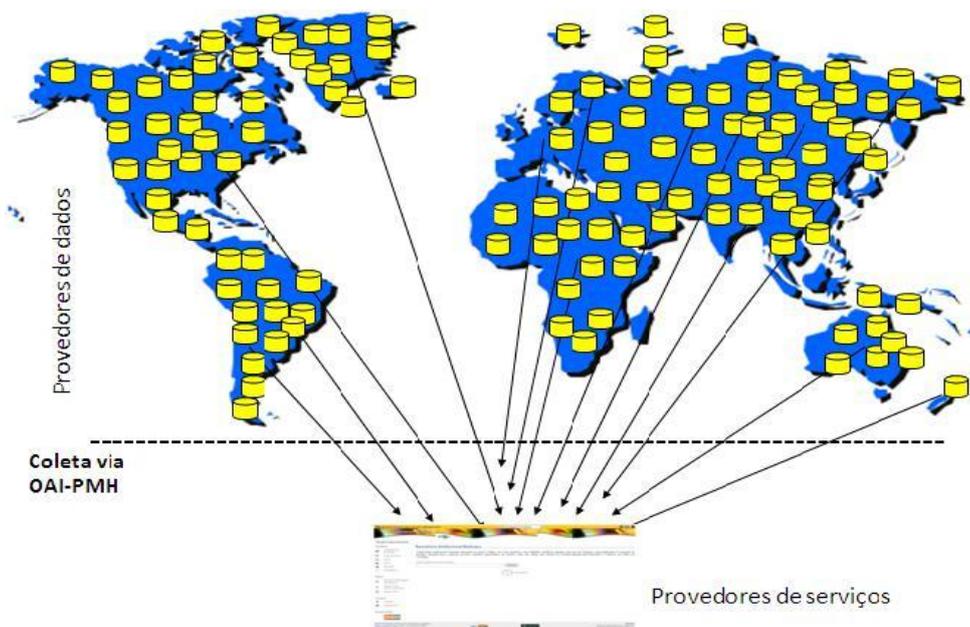


FIGURA2:Esquema modelo OA. Provedores de dados e provedores de serviços.

FONTE: (LEITE, 2010).

A iniciativa dos *Open Archives Initiative* representa uma mudança significativa na informação científica no Brasil. Segundo Kuramoto (2006), a construção de softwares *open source*, ao utilizar padrões de interoperabilidade, contribui para o acesso livre. O mesmo autor fala sobre a iniciativa no Brasil:

A diversidade de modelos de negócios indica a existência de um campo ainda inexplorado no Brasil, apesar de o país encontrar-se em quarto lugar em quantidade de repositórios.(...) Apesar de o crescimento da produção científica brasileira ter ganhado destaque nos últimos anos, o país não detém um número significativo de publicações científicas consideradas relevantes para a comunidade científica. Os principais *papers* de nossos pesquisadores são publicados em revistas científicas de editores comerciais internacionais. O país é, dessa forma, altamente dependente das publicações científicas estrangeiras. (KURAMOTO, 2006, p. 99).

Um exemplo de gastos dispendiosos que o país abarca, com relação à informação científica é a assinatura do Portal de Periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que exerce papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Conforme demonstram as estatísticas e os registros do *site ROAR*, o Brasil ocupa o quarto lugar em termos da quantidade de repositórios de acesso livre, ficando atrás apenas dos EUA, Reino Unido e Alemanha. Muitas ações em prol do movimento de acesso livre estão sendo desenvolvidas e fomentadas no país com aumento considerável nos últimos anos.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, foi criado com o propósito de promover o desenvolvimento na ciência e tecnologia, socializando o conhecimento científico. O IBICT vem promovendo ações de acesso livre e aberto, dentre elas, o estímulo à criação de repositórios institucionais no país, através da doação de kits tecnológicos às Instituições de Ensino Superior.

5.2.2 Principais Movimentos Nacionais e Internacionais de Acesso Livre

Diversas ações estão sendo motivadas para que o movimento de acesso livre se desenvolva no país e no mundo. Algumas serão abordadas a seguir, conforme quadro adaptado de Kuramoto (2006, p. 97)⁵:

1991	Criação do repositório <i>arXiv.org</i> , por iniciativa de Paul Ginsparg, do <i>Los Alamos National Laboratory</i> , que permitia a inclusão de <i>pré-prints</i> da área da Física, e logo depois pelas áreas: astronomia, matemática, ciências da computação, ciência não-linear, biologia quantitativa e, mais recentemente, estatística.
1997	Surgimento do <i>SciELO (Scientific Electronic Library On-line)</i> , pela FAPESP em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) para publicação <i>online</i> de acesso gratuito a periódicos do mundo todo.
10/1999	Lançamento da <i>Open Archives Initiative</i> , pela Convenção de Santa Fé (Novo México).
2000	Criação do repositório <i>CogPrints (Cognitive Sciences Eprint Archive)</i> ,

⁵ Foram incluídas as ações do movimento de acesso livre mais recentes.

	por Stevan Harnad, localiza-se na Universidade de Southampton no Reino Unido.
2001	Iniciativa da <i>Public Library of Science</i> (PLOS).
14/02/2002	Iniciativa de Budapeste para o Acesso Aberto.
04/2002	Início do desenvolvimento da <i>Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações</i> (BDTD). Seu comitê-técnico-consultivo possui representantes do Ibict, CNPq, MEC, Finep e das universidades que participaram do projeto piloto: USP, Puc-Rio e UFSC.
30/10/2002	Carta ECHO.
11/04/2003	Declaração de Bethesda.
27/08/2003	<i>Association of Learned and Professional Society Publishers</i> (ALPSP).
22/10/2003	Declaração de Berlim sobre o Livre Acesso ao Conhecimento.
11/2003	Declaração de Princípios do <i>Wellcome Trust</i> em apoio à edição em livre acesso.
4/12/2003	Posicionamento do <i>Inter Academy Panel</i> sobre o acesso à informação científica.
5/12/2003	Declaração do <i>International Federation of Libraries Association</i> (IFLA) sobre o livre acesso à literatura científica e aos documentos da pesquisa.
12/12/2003	Declaração de Princípios da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (SMSI).
15/01/2004	Declaração de Valparaíso.
30/01/2004	Declaração da <i>Organization for Economic Cooperation and Development</i> (OECD) sobre o acesso aos dados da pesquisa financiada por fundos públicos.
16/03/2004	Princípios de Washington D.C. para o Livre Acesso à Ciência.
30/07/2004	Publicação do Relatório do Comitê do Parlamento Britânico sobre edição científica.
13/09/2005	Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica.
26/09/2005	Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento – Declaração de Salvador: Compromisso com a Equidade.
12/2005	Declaração de apoio ao acesso aberto à literatura científica: carta de São Paulo.

05/2006	Declaração de Florianópolis.
12/2008	Política de Acesso Público do <i>NIH Public Access Policy</i> .
06/2011	Aprovação da Lei de Ciência e Tecnologia que promove o acesso livre à produção científica na Espanha.

QUADRO1: Ações do movimento de acesso livre no mundo.

FONTE: Adaptado de Kuramoto (2006, p. 97)

5.3 ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA VISIBILIDADE DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE

Harnad (2007, p. 12), um dos pioneiros do movimento OAI, aponta a existência de duas vias para o acesso livre:

1. A via Dourada para o ALi [Acesso Livre] – Revistas ou publicações de ALi – é apropriada para as revistas mantidas por meio de assinaturas, seja para tornar o seu conteúdo livremente acessível em linha, ou converter o seu modelo de recuperação dos custos, hoje baseado na cobrança de assinaturas aos usuários-instituições, para outros modelos, tais como taxas de publicação para autor-instituição. A via Dourada para o ALi é, entretanto, muito lenta e incerta, e também representa um potencial problema para os autores-instituições que não puderem arcar com os custos dessas publicações.
2. A via Verde para o ALi é para autores auto-arquivarem seus artigos, publicados em revistas científicas, nos RI de ALi, da sua respectiva instituição. Auto-arquivamento é parte das tarefas de todos os pesquisadores em todo o mundo.

O autoarquivamento é o depósito feito pelos próprios autores, de toda produção acadêmico-científica já publicada, imediatamente após a publicação inicial, em pelo menos um repositório online que seja mantido por uma instituição, afim de promover o acesso aberto da produção de forma contínua.

5.3.1 Via Verde: Repositórios Institucionais – RIs

A definição de *repositório* não é recente, pode ser interpretada comumente como lugar onde se deposita, guarda; repertório ou coleção (Mini Aurélio, 2004, p. 636; Dicionário Aulete Digital, [online], 2007). No contexto desta pesquisa, no entanto, repositório digital constitui um novo conceito no processo da comunicação científica e requer uma definição mais específica, voltada para disseminação da produção acadêmico-científica, visando a socialização do acesso livre e aberto da informação

científica, por isso, neste trabalho, a expressão *repositórios* será entendida segundo serviços de informação utilizados para disseminação da informação científica. Segue uma breve definição sobre os repositórios digitais, categoria na qual se enquadram os repositórios institucionais.

Em resumo, os RDs podem ser definidos como “*a wide range of systems which provide the infrastructure for the storage, preservation, management, discovery and delivery of all types of electronic content*”⁶(CEN Learning Technology Standards Observatory, 2010). Complementando com a definição de Leite (2009, p. 19), no contexto do acesso aberto, os RDs são utilizados para empregar aplicações de provedores de dados que são destinados ao gerenciamento da informação científica.

Segundo Kuramoto (2011, <http://kuramoto.wordpress.com>), os RDs podem ser classificados considerando a abrangência do material armazenado nos repositórios (seja por conteúdo, pela administração entre outros):

- a) *Repositórios Institucionais*: disseminam a produção intelectual de determinada instituição (universidades, centros de pesquisa etc). Exemplo: **Repositório Institucional da Universidade de Brasília** (<http://repositorio.bce.unb.br>).
- b) *Repositórios Temáticos ou Disciplinares*: específicos de uma ou várias áreas do conhecimento e tratam de produções somente de uma ou mais áreas. Exemplo: **E-LIS – Eprints in Library and Information Science** (<http://eprints.rclis.org>);
- c) *Repositórios Centrais*: armazenam a produção científica de uma ou mais agências de fomento.Ex.: **PubMed Central**.

Para que repositórios sejam caracterizados enquanto institucionais, eles devem possuir determinadas qualidades, como afirma Crow (2002, apud LEITE, 2009):

- a) Institucionalmente definidos;
- b) Científicos ou academicamente orientados;
- c) Cumulativos e perpétuos (permanentes);
- d) Abertos e interoperáveis;

⁶ Tradução para o português equivalente a: “(...) uma ampla gama de sistemas que fornecem a infraestrutura para o armazenamento, preservação, gerenciamento, descoberta e entrega de todos os tipos de conteúdo eletrônico”.

- e) Conteúdos em texto completo e em formato digital para serem disseminados;
- f) Possuem foco na comunidade.

O autoarquivamento e a interoperabilidade também são atributos que devem existir nos RIs.

A partir disso, um conceito de RI pode ser identificado como: “um serviço de informação científica digital em ambiente interoperável e aberto, dedicado ao gerenciamento da informação científica de uma instituição de ensino e/ou pesquisa com vistas à maximização de seu acesso, uso e impacto.” (LEITE, 2010). Sua principal contribuição é para a reformulação e melhoria do sistema de comunicação científica por meio de processos de gestão da informação, promovendo, em última análise o aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição.

Leite (2009, p. 23-25) apresenta vários benefícios que o RI pode proporcionar àqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente com ele, sejam pesquisadores, administradores acadêmicos, bibliotecários, chefes de departamentos, a universidade/instituição como um todo.

- a) *Aos Pesquisadores*: aumenta a visibilidade da produção científica; protege os arquivos num ambiente seguro e permanente; possibilita um maior número de citações e referências dos trabalhos; facilita acesso aos conteúdos de materiais antes disponíveis em meio impresso; dissemina a literatura cinzenta etc.;
- b) *Aos Administradores Acadêmicos*: oportunidades para o arquivamento e preservação dos trabalhos em formato digital; provê relatórios de atividades científicas; facilita a pesquisa interdisciplinar de acordo com assuntos e autores; reduz a duplicação de registros;
- c) *Às Universidades*: uso e reuso de informações produzidas; aumenta a visibilidade, reputação e prestígio da instituição; melhora a precisão e completude dos registros da produção; facilita o gerenciamento dos direitos de propriedade intelectual da instituição; reduz custos de gestão da informação científica; oferece flexibilidade e possibilidade de integração com outros sistemas;

favorece a interoperabilidade entre instituições que também possuem esse tipo de serviço de informação etc;

- d) *À Comunidade Científica:* contribui para a colaboração na pesquisa, por meio de facilitação de troca livre de informação científica; contribui para o entendimento público das atividades de pesquisa; reduz custos associados com assinaturas de periódicos científicos; favorece a colaboração na medida em que evidencia resultados de pesquisa e autores em evidência.

Para a implantação de RIs, Leite (2009, p. 37) apresenta um conjunto de instruções recomendadas baseado em modelos teóricos e na literatura, através de pesquisas e estudos reconhecidos na comunidade internacional. A implantação de um RI de acesso aberto perpassa por três fases: **planejamento, implementação e formas de assegurar a participação da comunidade**. No planejamento são delineados os custos, a equipe e competências, a definição e planejamento de serviços e avaliação das necessidades da comunidade. Já na parte de implementação do RI, acontece a escolha do software, dos metadados, das diretrizes para criação de comunidades, elaboração de políticas de funcionamento do RI, e projeto-piloto. Para assegurar a participação da comunidade, Leite oferece considerações a respeito do marketing e povoamento do RI, política de repositório compulsório e avaliação e indicadores de desempenho do RI. Resumidamente, seguem as principais considerações do autor a respeito das instruções de implantação de repositórios institucionais:

- *Constituição da equipe responsável:* deve ser capacitada e receber treinamento contínuo sobre as novas tecnologias, deve prover habilidades diversas com o software utilizado no RI, com estratégias de promoção da divulgação do RI, estratégias de preservação etc.
- *Levantamento de principais atores, interesses e papéis:* análise e pesquisa de necessidades de atores envolvidos seja na criação, no registro ou na disseminação do conhecimento científico da instituição, podem ser – autores, instituições, agências de fomento, usuários, biblioteca.
- *Definição e planejamento de serviços:* definição de serviços a serem utilizados, como o *software* do RI, definição de coleções e

fluxos de depósitos de comunidades específicas, serviços de consulta e preenchimento de metadados, tipo de suporte da equipe técnica, treinamento e suporte aos usuários para o depósito de documentos, orientação sobre direitos autorais etc.

- *Avaliação das necessidades da comunidade*: levantamento de principais necessidades da comunidade, conhecimento acerca da instituição (dirigentes acadêmicos, coordenadores de graduação ou pós-graduação, chefes de departamentos) etc.

5.3.1.1 Políticas para Repositórios Institucionais

Uma das partes fundamentais do RI é a elaboração das políticas que regem o repositório. Nesta etapa, faz-se necessário que todos os envolvidos do repositório participem e colaborem na construção da política, pois esta será baseada na missão, nos objetivos e nos serviços propostos pela instituição. Tomaél e Silva (2007) apresentam os aspectos abrangidos na política do RI: responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório, conteúdo disponibilizado, aspectos legais relativos a licenças e direitos autorais, padrões e formatos, preservação digital, níveis de acesso, sustentabilidade e financiamento.

A política do repositório exige que suas características estejam adequadas à realidade da comunidade do RI. Tomaél e Silva (Idem) também afirmam que faz-se necessário que as responsabilidades sejam divididas, de acordo com as habilidades e especialidades de cada indivíduo que faz parte da equipe. O papel do bibliotecário na organização do repositório também é extremamente importante e deve estar evidenciada nas políticas do RI.

Um dos grandes desafios do RI é a definição dos aspectos legais, que abarcarão questões relativas às licenças de softwares, licenças para publicação e propriedade intelectual. As autoras também afirmam que, pelos autores fazerem o autoarquivamento, faz-se mais oportuno que os mesmos assinem uma licença que conceda ao repositório permissão para depositar, distribuir e preservar materiais do RI.

5.3.1.1.1 *Políticas de Funcionamento de RIs*

Caracterizada como uma das políticas mais importantes do RI, a política de funcionamento é fundamental na implantação do serviço de informação e no

reconhecimento deste na comunidade. Na política de funcionamento do RI, Barton e Waters (2004, apud Leite, 2009) citam os aspectos que devem ser abrangidos na política:

- Tipos de materiais aceitos no depósito;
- Identificar autores que podem fazer o depósito (pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação etc);
- Tipos de conteúdos depositados: teses, dissertações, materiais de aprendizagem;
- Estabelecer critérios para a determinação do que se constitui coleção no RI;
- Definir critérios para estabelecimento de comunidades e coleções: coleções pessoais, temáticas, baseadas na estrutura da universidade (unidades, departamentos);
- Explicitar direitos e responsabilidades;
- Criar diretrizes para o processo de submissão e organização de conteúdos, como os metadados;
- Elaborar política de privacidade para usuários registrados no sistema;
- Estabelecer regras para restrição de acesso, se necessário, de quanto tempo, no máximo;
- Identificar política de licenciamento de conteúdos produzidos por membros da instituição;
- Criar política de preservação digital;
- Criar política de descarte ou retirada de itens;
- Conhecer aspectos legais e de direitos autorais.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica enquanto pesquisa qualitativa, segundo a abordagem do problema, pois não requer a utilização de estatísticas nem a quantificação de dados na pesquisa. Têm caráter exploratório e busca a familiarização com o tema, uma vez que se faz necessário a explicitação do tema pela pouca literatura existente. Esta característica de exploratório faz-se devido à pesquisa sobre o tema e exploração de termos e conceitos específicos do mesmo.

Quanto à natureza, este estudo pode ser categorizada como pesquisa aplicada, pois procura descobrir soluções para problemas específicos de forma prática.

A respeito dos procedimentos técnicos, a pesquisa utilizou da pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico necessário para esclarecimento de termos e conceitos específicos, referentes à comunicação científica, ao movimento de acesso livre, aos repositórios institucionais, as políticas que regem estes e às políticas de funcionamento para RIs. Além disso, houve a necessidade de exploração dos sítios do *OpenDOAR* e *ROAR* para familiarização com os serviços disponíveis e compreensão das estatísticas a respeito dos RIs demonstradas pelos mesmos.

A coleta de dados foi dividida em três etapas: na primeira etapa foram analisados os diretórios *OpenDOAR* e *ROAR*, para identificação dos repositórios institucionais brasileiros que estão registrados nestes sítios, através da ferramenta de pesquisa nos mesmos.

A segunda etapa constituiu-se numa avaliação feita dos dados coletados para checar se os repositórios se classificavam como institucionais, pois se percebe que muitos estão registrados erroneamente nesta categoria, e se enquadram em outras, tais como, repositórios temáticos ou centrais.

Após checagem dos repositórios coletados, na terceira etapa foram levantadas as políticas de funcionamento dos repositórios institucionais brasileiros através de seus sites e, aquelas não encontradas no site do repositório, foram buscadas através de contato com a equipe responsável por *email*, fale conosco ou, quando necessário, por telefone.

Após o levantamento dos dados, fez-se a análise dos mesmos, o que consistiu em duas etapas:

Na primeira etapa da análise dos dados as principais questões foram verificadas quanto à abordagem nas políticas de funcionamento levantadas.

Na segunda etapa, as políticas de funcionamento foram comparadas, considerando a abrangência das questões definidas nas políticas com as recomendações de Barton e Waters, adaptadas por Leite (2009, p. 71), sobre as características e contribuições que deve possibilitar uma política de funcionamento de um repositório institucional.

6.1 AMBIENTE DA PESQUISA

Para objeto de estudo deste trabalho foram selecionados os repositórios institucionais brasileiros que estão registrados no *OpenDOAR* e no *ROAR*.

6.1.1 OpenDOAR

OpenDOAR é um diretório de repositórios de acesso aberto, como afirma o nome. Cada repositório registrado neste diretório foi visitado pelo pessoal do projeto para verificar a informação que é armazenada no mesmo.

Inicialmente desenvolvido pela *Universidade de Nottingham*, do Reino Unido, e pela *Universidade of Lund*, da Suécia. Atualmente o Projeto *OpenDOAR* é amparado pelo SHERPA e executado pelo Centro de Investigação Communications – CRC, trabalho de desenvolvimento atual é atualmente financiado pelo JISC, com contribuições da organização anfitriã CRC, a Universidade de Nottingham.

O *OpenDOAR* oferece ferramentas e suporte para ambos os administradores de repositórios e provedores de serviços na partilha das melhores práticas e melhorar a qualidade da infraestrutura do repositório. Pode ser identificado como um recurso fundamental para a comunidade Open Access, pela quantidade de registros atualmente, pode-se dizer o líder em diretórios do repositório em um estudo realizado pela *Universidade Johns Hopkins*, segundo o próprio sítio do *OpenDOAR*. Atualmente o diretório mantém registro de 2057 repositórios do mundo todo.

No sobre do sítio deste diretório, tem-se um resumo do porquê da criação do mesmo:

Além das listas básicas sobre repositórios, houve a necessidade de passar de listas cumulativas para um serviço de informação mais estruturada, catalogando e descrevendo repositórios. O usuário precisa saber o alcance e abrangência das informações que encontrar e ser dadas as características que facilitam o uso dessa informação. Por exemplo, recursos para pesquisa, filtrar, analisar e consultar as descrições de cada repositório. Repositórios devem ser classificados com informações claras sobre as suas políticas a

respeito do material *peer-reviewed/non-peer-reviewed*, a sua cobertura assunto, coleta e preservação de suas políticas, etc Se esta informação não existe, os repositórios devem ser encorajados a fornecê-la como um meio para melhorar ainda mais a sua visibilidade e da utilização do conteúdo que são titulares.

Os objetivos do Projeto *OpenDOAR* são descritos como:

- Listar repositórios de acesso aberto e categorizá-los em termos de localização, conteúdo e outras medidas.
- Produzir uma lista descritiva dos repositórios de acesso aberto de relevância para a pesquisa acadêmica.
- Fornecer uma lista completa e oficial para os usuários finais que desejam encontrar tipos específicos de, ou repositórios específicos.
- Entregar uma lista estruturada e completa com a atualização de protocolos claros e auto-regulação para permitir o desenvolvimento desta lista.
- Ser papel fundamental na organização e acesso ao repositório aberto de serviços de informação.
- Oferecer suporte sobre o acesso aberto nas instituições do mundo todo.

Segue abaixo a página inicial do *site OpenDOAR*:

OpenDOAR Directory of Open Access Repositories
 Home | Find | Suggest | Tools | FAQ | About | Contact Us

The Directory of Open Access Repositories - OpenDOAR

[Search for repositories](#) | [Search repository contents](#) | [List of repositories](#) | [Repository Statistics](#)

OpenDOAR is an authoritative directory of academic open access repositories. Each OpenDOAR repository has been visited by project staff to check the information that is recorded here. This in-depth approach does not rely on automated analysis and gives a [quality-controlled](#) list of repositories.

As well as providing a simple [repository list](#), OpenDOAR lets you [search for repositories](#) or [search repository contents](#). Additionally, we provide tools and support to both repository administrators and service providers in sharing best practice and improving the quality of the repository infrastructure. Further explanation of these features is given in a project document [Beyond the list](#).

The current directory lists repositories and allows breakdown and selection by a variety of criteria - see the [Find](#) page - which can also be viewed as [statistical charts](#). The underlying database has been designed from the ground up to include in-depth information on each repository that can be used for search, analysis, or underpinning services like text-mining. The OpenDOAR service is being developed incrementally, developing the current service as new features are introduced. A list of [Upgrades and Additions](#) is available.

Developments will be of use both to users wishing to find original research papers and for service providers like search engines or alert services which need easy-to-use tools for developing tailored search services to suit specific user communities.

[OpenDOAR](#) is one of the SHERPA Services including [RoMEO](#) and [JULIET](#), run by the [Centre for Research Communications](#) (CRC). Current development work is [currently funded](#) by [JISC](#), with contributions from the CRC host organisation, the [University of Nottingham](#).

OpenDOAR has also been identified as a key resource for the Open Access community ([K.B. Oliver & R. Swain, 2006](#) - PDF) and identified as [the leader in repository directories](#) in a study by [Johns Hopkins University](#). OpenDOAR was one of the services which contributed to SHERPA being awarded the [2007 SPARC Europe Award for Outstanding Achievements in Scholarly Communications](#).

More information on the project is available on this site through the [About](#) page.



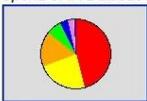



FIGURA3: Página Inicial do *sítio OpenDOAR*.

FONTE: www.andoar.org

6.1.2 ROAR

O sítio *ROAR- Registry of Open Access Repositories*, fornece informações sobre o crescimento e o estado dos repositórios ao redor do mundo. As consultas neste site podem ser feitas por países, tipos de repositórios, softwares e por assuntos e conteúdos. Na consulta por repositório, por exemplo, o usuário tem acesso aos dados que descrevem aquele repositório, como localização, descrição, tipo, instituição mantenedora, entre outros. Já a consulta por países é dividida de forma hierárquica, por continentes (apresenta o total de repositórios registrados) e países (total individual de repositórios por cada país). Assim descreve FREITAS (2010), ao falar sobre como funciona as ferramentas no sítio *ROAR*.

As informações são inseridas voluntariamente, porém os registros do *ROAR* permitem uma análise mais técnica, tais como o tipo de repositório que é registrado, o software utilizado, além do tradicional *ranking* dos países.

Atualmente o diretório mantém registros de 2430 repositórios no mundo todo, de diversos tipos. Segue abaixo a imagem da página inicial do sítio *ROAR*:

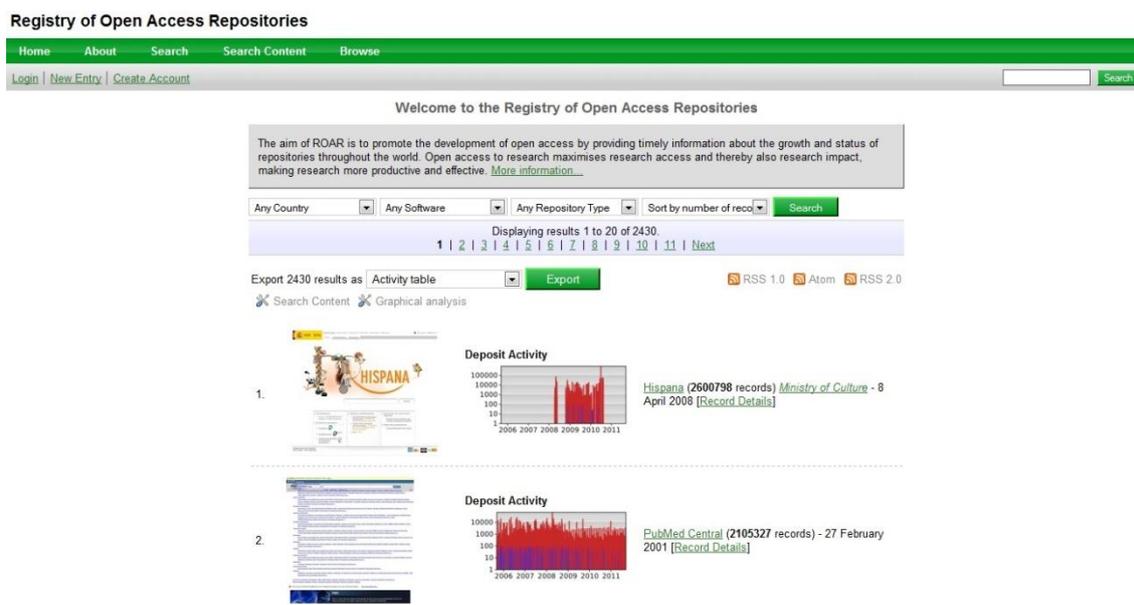


FIGURA4: Página Inicial do sítio ROAR.

FONTE: <http://roar.eprints.org/>

6.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Neste estudo foi analisado 100% dos repositórios institucionais brasileiros registrados nos sítios *OpenDOAR* e *ROAR*. Por muitos repositórios estarem registrados nos dois diretórios, apesar de encontrados 46 e 48 registros no *OpenDOAR* e *ROAR*, respectivamente, esse número reduziu-se a 55 após exclusão dos RIs duplicados e, deste

total, 39 se encaixavam na categoria de institucionais e foram analisados para verificar se possuem uma política constituída para o RI.

7 ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1 OS RIs BRASILEIROS REGISTRADOS NO OPENDOAR E NO ROAR

Ao pesquisar nos diretórios, o número de registros de repositórios institucionais brasileiros, foi de 55⁷ (sendo 46 no sítio do OpenDOAR e 48 no ROAR), e, após a exclusão daqueles duplicados, 39 foi o número de RIs registrados nos diretórios, os quais seguem caracterizados no quadro abaixo:

NOME DO REPOSITÓRIO	INSTITUIÇÃO	REGISTRADO NO OPENDOAR? ESTÁ REGISTRADO EM QUE CATEGORIA?	REGISTRADO NO ROAR? ESTÁ REGISTRADO EM QUE CATEGORIA?	É REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL?	SE NÃO RI, QUAL SEU TIPO DE REPOSITÓRIO DIGITAL?
<u>Acervo Digital UNESP</u>	Núcleo de Educação a Distância (NEaD) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP)	SIM / Repositório Institucional	SIM/ Repositório Institucional	SIM	
<u>Arquivos Abertos Sociedade Brasileira de Genética</u>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	SIM/ Repositório Institucional	NÃO	NÃO	<i>Repositório Temático</i>
<u>Biblioteca Digital Ação Educativa</u>	Ação Educativa	SIM/ Repositório Institucional	SIM / Outro	NÃO	<i>Repositório Temático</i>
<u>BDBComp(Biblioteca Digital Brasileira de Computação)</u>	Universidade Federal de Minas Gerais (Departamento de Ciência da Computação)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Repositório Temático</i>
<u>Biblioteca Digital da UNICAMP</u>	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Teses e Dissertações Eletrônicas	SIM	
<u>Biblioteca Digital de Monografias</u>	Universidade de Brasília (UnB)	SIM / Repositório	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Repositório Temático</i>

⁷ Os RIs registrados nos dois diretórios foram contados apenas uma vez, totalizando 39 RIs.

(BDM)		Institucional			
<u>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</u> (BDT D) da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Teses e Dissertações Eletrônicas	SIM	
<u>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo</u> (BDTD) da USP	Universidade de São Paulo (USP)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Teses e Dissertações Eletrônicas	SIM	
<u>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão</u> (BDTD) da UFMA	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Biblioteca Multimídia da FIOCRUZ</u>	<u>Escola Nacional de Saude Publica Sergio Arouca</u> (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Brasiliana USP</u>	Universidade de São Paulo (USP)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>CBPF Index</u>	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Repositório Temático</i>
<u>Dialogo Científico</u> (DICI)	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Interinstitucional	NÃO	<i>Repositório Temático</i>
<u>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPR</u>	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Teses e Dissertações Eletrônicas	SIM	
<u>IAI Search</u>	<i>Inter-America Institute for Global Change Research</i> (IAI)	SIM / Repositório Institucional	NÃO	NÃO	<i>Repositório Central</i>
<u>Infoteca-e</u>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	SIM / Repositório	SIM / Outro	NÃO	<i>Repositório Temático</i>

	(Embrapa)	Institucional			
<u>Repositório Institucional da UFPA (RIUFPA)</u>	Universidade Federal do Pará (UFPA)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da FIOCRUZ (ARCA)</u>	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>JOBIM⁸</u>	Instituto Antônio Carlos Jobim	SIM / Repositório Institucional	SIM / Outro	NÃO	<i>Não é repositório</i>
<u>Repositório Digital da UFRGS (LUME)</u>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Projeto Maxwell</u>	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Outro	SIM	
<u>Repositório Institucional do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (RCTI)</u>	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RABCI)</u>	Criado e desenvolvido por Tiago Murakami	SIM / Repositório Institucional	SIM / Outro	NÃO	<i>Repositório Temático</i>
<u>Repositório de Divulgação das Produções Científicas e Técnicas da UFGD</u>	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório de Publicações</u>	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	SIM / Repositório	SIM / Repositório Institucional	SIM	

⁸ Pode ser considerado como repositório pessoal, porém não se enquadra na classificação de repositórios digitais escolhida para este trabalho.

<u>Científicas da UFMA (RI UFMA)</u>		Institucional			
<u>Repositório Digital da Universidade Municipal de São Caetano do Sul</u>	Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional do Instituto Nacional de Tecnologia (RI/INT)</u>	Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da UFPE</u>	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da UFVJM</u>	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)</u>	Universidade de Brasília (UnB)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI/UFBA)</u>	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás (RI/UFG)</u>	Universidade Federal de Goiás (UFG)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da UFSC</u>	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da UFS (RIUFS)</u>	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da</u>	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	SIM / Repositório	SIM / Repositório Institucional	SIM	

<u>Universidade Federal de Uberlândia (RI/UFU)</u>		Institucional			
<u>Repositório Institucional da Universidade Federal do Acre (RIUFAC)</u>	Universidade Federal do Acre (UFAC)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Interinstitucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (Repositório UFES)</u>	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande</u>	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</u>	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF)</u>	Universidade Federal Fluminense (UFF)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)</u>	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional Rede CEDES</u>	Rede Cedes (Ministério do Esporte) e UFSC	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Repositório Temático</i>

<u>Repositório Institucional UFMS (RIUFS)</u>	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório UEPG</u>	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Fundação Santo Andre</u>	Centro Universitário Fundação Santo André (FSA)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (RI-UFC)</u>	Universidade Federal do Ceará (UFC)	SIM / Repositório Institucional	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositórios Institucionais em Ciências da Comunicação (RE POSCOM)</u>	Portcom (Rede de Informação em Comunicação dos Países de Língua Portuguesa), Intercom (Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação)	SIM / Repositório Temático	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Repositório Temático</i>
<u>Repositório Digital da FGV⁹</u>	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	NÃO	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Publicações do Reitor Clemente Ivo Juliatto</u>	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	NÃO	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Não é repositório</i>
<u>Biblioteca Digital da Central de Cursos da Universidade Gama Filho</u>	Universidade Gama Filho	NÃO	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Não é repositório</i>
<u>Acervo Digital do Inmetro</u>	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	NÃO	SIM / Repositório Institucional	SIM	
<u>Repositório Institucional do</u>	Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)	NÃO	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Repositório Temático</i>

⁹ No diretório ROAR o repositório estava nomeado incorretamente como Biblioteca Virtual da FGV, com o link do Sistema de Bibliotecas da FGV, porém o restante da descrição estava conforme o repositório da instituição.

<u>Sistema CFB/CRB</u>					
<u>SabeRES em Gestão Pública - Repositório da Escola de Governo do Paraná</u>	Escola de Governo do Paraná	SIM / Repositório Governamental	SIM / Repositório Institucional	NÃO	<i>Repositório Temático</i>
<u>Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá</u>	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	NÃO	SIM / Repositório Institucional	SIM	

QUADRO 2: Os RIs brasileiros registrados no OpenDOAR e no ROAR

Fonte: Elaboração própria.

7.2 LEVANTAMENTO DAS POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO CONSTITUÍDAS

Depois deselecionados os repositórios registrados que apenas se encontram na categoria Repositórios Institucionais, buscou-se a Política de Funcionamento dos mesmos, primeiro no próprio site do repositório e, quando não encontrada, através de contato por email e pessoal.

Dentre os 39 RIs registrados nos diretórios, 8 políticas de funcionamento foram levantadas, como é demonstrado no quadro seguinte:

NOME DO RI	POSSUI POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO CONSTITUÍDA?	FOI POSSÍVEL OBTÊ-LA PARA ANÁLISE? ATRAVÉS DE QUE MEIO FOI OBTIDA?
Acervo Digital da UNESP	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Biblioteca Digital da UNICAMP	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Biblioteca Digital de Monografias(BDM) da UnB	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações(BDTD) da UFRN	Site não abriu.	
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São	Não possui. Não foi encontrada no site.	

Paulo(BDTD) da USP		
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão(BDTD) da UFMA	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Biblioteca Multimídia da FIOCRUZ	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Brasileira USP	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPR	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório Institucional da UFPA (RIUFPA)	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório Institucional da FIOCRUZ (ARCA) ¹⁰	Não possui. Não foi encontrada no site.	
<i>Repositório Digital da UFRGS (LUME)</i>	<i>Possui.</i>	<i>Sim. A Política está disponível no site do RI.</i>
Projeto Maxwell da PUC-RIO	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório Institucional do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (RCTI)	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório de Divulgação das Produções Científicas e Técnicas da UFGD	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório de Publicações Científicas da UFMA (RI UFMA)	Site não abriu no momento da busca.	
<i>Repositório Digital da Universidade Municipal de São Caetano do Sul</i>	<i>Possui.</i>	<i>Sim. A Política está disponível no site do RI.</i>
Repositório Institucional do Instituto Nacional de Tecnologia(RI/INT)	Site não abriu no momento da busca.	
Repositório Institucional da UFPE	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório Institucional da UFVJM	Não possui. Não foi encontrada no site.	
<i>Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)</i>	<i>Possui.</i>	<i>Sim. A Política foi obtida através de e-mail.</i>
<i>Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI/UFBA)</i>	<i>Possui.</i>	<i>Sim. A Política está disponível no site do RI.</i>
Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás (RI/UFG) ¹¹	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório Institucional da UFSC	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório Institucional da UFS (RIUFS)	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia (RI/UFU)	Site não abriu no momento da busca.	

¹⁰Possui algumas instruções sobre o repositório que deveriam constar na política, porém não foi encontrada nenhuma política constituída oficialmente do RI.

¹¹ Através de contato pessoal, a equipe gerenciadora do repositório informou que ações estão sendo feitas para finalização da Política de Funcionamento para o repositório institucional e aprovação da mesma.

Repositório Institucional da Universidade Federal do Acre (RIUFAC)	Site não abriu no momento da busca.	
Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (Repositório UFES)	Não possui. Não foi encontrada no site.	
<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande</i>	<i>Possui.</i>	<i>Sim. A Política está disponível no site do RI.</i>
<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</i>	<i>Possui.</i>	<i>Sim. A Política está disponível no site do RI.</i>
Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF)	Não possui. Não foi encontrada no site.	
<i>Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)</i>	<i>Possui.</i>	<i>Sim. A Política está disponível no site do RI.</i>
Repositório Institucional UFMS (RIUFS)	Site não abriu no momento da busca.	
Repositório UEPG	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Repositório Institucional da Fundação Santo Andre	Não possui. Não foi encontrada no site.	
<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (RI-UFC)</i>	<i>Possui.</i>	<i>Sim. A Política está disponível no site do RI.</i>
Repositório Digital da FGV ¹²	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Acervo Digital do Inmetro	Não possui. Não foi encontrada no site.	
Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá	Não possui. Não foi encontrada no site.	

QUADRO 3: Levantamento das Políticas constituídas dos RIs brasileiros encontrados no OpenDOAR e no ROAR

Fonte: Elaboração própria.

¹² No diretório ROAR o repositório estava nomeado incorretamente como Biblioteca Virtual da FGV, com o link do Sistema de Bibliotecas da FGV, porém o restante da descrição estava conforme o repositório da instituição.

7.3 ANÁLISE DAS POLÍTICAS LEVANTADAS

7.3.1 Comparação das políticas levantadas com as diretrizes de Barton e Waters

No quadro abaixo são comparadas as políticas dos RIs constituídas, segundo as diretrizes dos autores Barton e Waters (2004, apud LEITE 2009, p. 72).

CARACTERÍSTICAS DE UMA POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO	Repositório Digital da UFRGS (LUME)	Repositório Digital da USCS	Repositório Institucional da UnB (RIUnB)	Repositório Institucional da UFBA (RI/UFBA)	Repositório Institucional da FURG	Repositório Institucional da UFRN	Repositório Institucional da UTFPR (RIUT)	Repositório Institucional da UFC (RI-UFC)
TIPOS DE MATERIAIS ACEITOS	DEFINE SUPERFICIALMENTE	NÃO DEFINE	DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE
AUTORES QUE PODEM DEPOSITAR (PESQUISADORES, ALUNOS, PROFESSORES ETC)	DEFINE SUPERFICIALMENTE	DEFINE	DEFINE	DEFINE SUPERFICIALMENTE	DEFINE SUPERFICIALMENTE	NÃO DEFINE	DEFINE	DEFINE
TIPOS DE CONTEÚDOS DEPOSITADOS (TESSES, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES)	NÃO DEFINE	DEFINE	DEFINE	DEFINE SUPERFICIALMENTE	DEFINE	DEFINESUPERFICIALMENTE	DEFINE	DEFINE
CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DE COLEÇÕES (QUEM FAZ AJUSTES, QUEM AUTORIZA INCLUSÃO DE NOVOS MEMBROS ETC)	DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE SUPERFICIALMENTE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE
CRITÉRIOS DE ESTABELECIMENTO DE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE

COMUNIDADES E COLEÇÕES (COLEÇÕES PESSOAIS, TEMÁTICAS OU CONFORME A ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO)								
PLANOS DE CONTINGÊNCIA (CASO DEPARTAMENTO OU CENTRO DE PESQUISA DEIXE DE EXISTIR)	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE
DEFINIR RESPONSABILIDADES (P. EXEMPLO, RESPONSABILIDADES DA BIBLIOTECA QUE GERENCIA O RI)	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE	DEFINE SUPERFICIALMENTE	DEFINE	NÃO DEFINE
DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO (P. EXEMPLO, REGRAS PARA ENTRADA DE METADADOS, OAI)	DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE	DEFINE	DEFINE	DEFINE	DEFINE
POLÍTICA DE PRIVACIDADE (PARA USUÁRIOS REGISTRADOS)	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE
EXPLICITAR DIREITOS AUTORAIS E ASPECTOS LEGAIS	DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE
DEFINIR RESTRIÇÕES DE ACESSO OU DESOBRIGAÇÃO DE	DEFINE	DEFINE	DEFINE SUPERFICIALMENTE	DEFINE	DEFINE	DEFINE	DEFINE	DEFINE

DEPÓSITO (EMBARGO, RESTRIÇÃO PARA PATENTES, POR EXEMPLO)								
POLÍTICA DE LICENCIAMENTO DE CONTEÚDO (LICENÇA DE DEPÓSITO, DE USO)	DEFINE	DEFINE	DEFINE	NÃO DEFINE	DEFINE SUPERFICIALMENTE	DEFINE SUPERFICIALMENTE	DEFINE	DEFINE
POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE				
POLÍTICA DE DESCARTE DE ITENS	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE	NÃO DEFINE				

QUADRO 4: Comparação das características entre as políticas dos RIs obtidas e as diretrizes de Barton e Waters.

Fonte: Elaboração própria.

7.3.1.1 Política do Repositório Digital da UFRGS (LUME)

O RI da UFRGS, intitulado LUME, disponibiliza a Política Institucional do repositório no menu *Regulamentação* do sítio, a qual pode ser baixada livremente.

Denominada Política Institucional de Informação¹³, foi oficializada pela Portaria Nº. 5068, de 13 de outubro de 2010 e explicita algumas questões abordadas nas diretrizes recomendadas por Barton e Waters (2004, apud LEITE, 2009), tais como:

- a. Critérios de constituição de coleções - que apontam quem tem permissão para incluir coleções, quais os procedimentos de avaliação das coleções;
- b. Diretrizes para criação e organização do conteúdo – explicita as características que devem ter os objetos digitais para serem incluídos no repositório, obrigam a utilização de padrões para metadados;
- c. Direitos autorais e aspectos legais – define quem é o proprietários dos direitos autorais e da citação dos trabalhos quando da utilização pelos usuários;
- d. Restrições de acesso ou desobrigação de depósito -
- e. Licenciamento de conteúdo- a publicação deve ser de acesso livre, os trabalhos estão de acordo com a licença *Creative Commons*.

Já quanto aos tipos de materiais, a política cita superficialmente, informando que os objetos digitais podem ser em texto, imagem, vídeo e áudio, sem detalhar os formatos. O mesmo acontece na designação de quem pode fazer o depósito, pois o documento apenas cita que o trabalho deve ser produzido ou orientado por membro da instituição.

Apesar de constar essas informações, outras não são descritas na política do repositório, cujas são de suma importância para o mesmo, como a definição de responsabilidades, questões de preservação digital, descarte de itens e outras.

¹³ Nesta pesquisa os termos *Política Institucional*, *Política de Funcionamento* e *Política de Informação* são tratados como sinônimos, visto que na literatura pesquisada não há distinção entre os mesmos, nem consenso sobre a definição de cada um.

7.3.1.2 Política do Repositório Digital da USCS

O RI da Universidade Municipal do São Caetano do Sul disponibiliza, através do site do repositório, um Manual do Usuário, que possui a Política Institucional de Informação, publicada em 12 de maio de 2009, em anexo.

A política deste RI abrange alguns assuntos pertinentes às diretrizes recomendadas por Barton e Waters (2004, apud LEITE, 2009), como:

- a) Descrição de quem pode depositar;
- b) Os tipos de conteúdos a serem depositados;
- c) Licenciamento de uso – de forma detalhada define quais publicações não devem ser depositadas por questões de permissão de acessos, se depositará pré-prints e outros.

A política do RI-USCS é bem sucinta e resume-se a prescrever informações de quais tipos de publicações (conforme a permissão de acesso dos editores) podem ser submetidas ao repositório.

Interessante notar que, no Manual do Usuário, muitas das informações que deveriam fazer parte da política estão descritas, tais como:

- a) Detalhamento sobre direitos autorais e licenças utilizadas;
- b) Descrição de entrada de metadados padronizados dentre outros.

Ao que parece a política do RI foi elaborada com o intuito de servir apenas como o documento regulador do repositório. Sobre isso, Leite (2009, p. 71) cita que a Política de Funcionamento deve contribuir como documento que viabiliza juridicamente o RI, porém também cita outras contribuições: apresentar uma visão dos principais atores envolvidos; estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres dentre outras.

Refletindo sobre isso, percebe-se que o Manual e a Política do RI poderiam ser juntados em um só documento que, além de descrever informações e recomendações, serviria como documento legalizador juridicamente do RI.

7.3.1.3 Política do Repositório Institucional da UnB (RIUnB)

Denominada Política de Funcionamento do RIUnB, o documento descreve a maioria das questões recomendadas por Barton e Waters (2004, apud LEITE, 2009):

- a) Tipos de materiais aceitos – detalha os formatos que podem ser depositados no RI;
- b) Autores que podem depositar;
- c) Tipos de conteúdos depositados – cita as publicações que podem ser depositadas
- d) Critérios de constituição de Coleções – como devem ser criadas as coleções, quem é responsável pelas mesmas entre outras informações;
- e) Critérios de estabelecimento de Comunidades e Coleções – como devem ser estruturadas;
- f) Planos de contingência – cita quais os procedimentos a serem realizados caso um departamento ou unidade seja extinto ou fundida com outra;
- g) Definir responsabilidades – define responsabilidades e prerrogativas dos envolvidos no RI;
- h) Explicitar direitos autorais e aspectos legais
- i) Política de licenciamento de conteúdo.

Quanto à utilização de padrões na organização do conteúdo, como os metadados, a política cita superficialmente que a Biblioteca Central é responsável pela validação dos mesmos. Outra questão também tratada superficialmente na política é sobre a restrição de acesso a documentos específicos: apenas cita que alguns documentos podem ter seu acesso restrito devido aos direitos autorais.

Não são abordadas no RIUnB: a questão sobre a preservação digital, procedimentos de descarte de itens, privacidade dos usuários registrados e padronização do conteúdo (metadados). Esta política foi obtida através de contato por e-mail.

7.3.1.4 Política do Repositório Institucional da UFBA (RI/UFBA)

Regulamentada através da Portaria N° 024/2010, de 7 de janeiro de 2010, a Política do RI/UFBA não traz a maioria das questões recomendadas por Leite, porém aborda os assuntos de forma sucinta:

- a) Diretrizes para criação e organização do conteúdo – trata da interoperabilidade do sistema, padronização dos metadados, OAI;
- b) Explicitar direitos autorais e aspectos legais
- c) Definir restrições de acesso ou desobrigação de depósito
- d) Política de licenciamento de conteúdo

Informações sobre quais tipos de materiais podem ser depositados, preservação digital, planos de contingência, critérios de comunidades e coleções, definição de responsabilidades entre outras, não são tratadas na política do RI. A política em questão pode ser baixada no site do repositório.

7.3.1.5 Política do Repositório Institucional da FURG

A Política Institucional de Informação da FURG, regulamentada pela Resolução CONSUN N° 005/2010, em 16 de abril de 2010, semelhante à política do RI/UFBA, trata de questões condizentes à interoperabilidade do sistema, metadados, OAI; gestores envolvidos no RI; responsabilidades e outras de forma mais sucinta. O documento pode ser lido e baixado pelo site do repositório.

7.3.1.6 Política do Repositório Institucional da UFRN

Regulamentada através da Resolução N° 059/2010-CONSEPE, de 13 de abril de 2010, a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade do Rio Grande do Norte descreve normas e procedimentos de forma semelhante às política do RI da UFC, alguns parágrafos chegam a ser descritos de forma idêntica nas duas políticas.

A política, em geral, define os atores envolvidos de forma superficial (apenas como será estruturada a comissão do RI, sem prescrever responsabilidades); define padrões que devem estar integrados, em especial aqueles do modelo *Open Archives* e também esclarece de forma superficial o material que deve ser depositado no RI. Questões como: critérios para comunidades e coleções, tipos de materiais depositados, planos de contingência, direitos autorais, dentre outros, tal como demonstra o Quadro 4, não são explicitados na política.

A política deste RI pode ser baixada pelo site do repositório.

7.3.1.7 Política do Repositório Institucional da UTFPR (**RIUT**)

A Política de Informação do Repositório Institucional da UTFPR, de 4 de dezembro de 2009, dispõe sobre as normas do Portal Institucional de Informação da UTFPR (que é composto pelo RI, pelo Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA) e os Periódicos Científicos). Apesar de intitulado como política específica do RI, o documento abrange questões para o Portal Institucional de Informação.

Neste documento, são abordadas as questões referentes às responsabilidades dos atores envolvidos e, quanto ao RIUT, define quais materiais podem ser depositados, estabelece o uso de padrões internacionais para o conteúdo, também aborda quanto ao embargo, direitos autorais e licenças. A política está disponível para download no site do repositório.

7.3.1.8 Política do Repositório Institucional da UFC (**RI-UFC**)

A Resolução N° 02/CONSUNI, de 29 de abril de 2011, estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica do RI-UFC. A norma apresenta descrições sobre responsabilidades, padrões a serem utilizados, quem pode depositar no repositório, quais materiais podem ser depositados (e quais são desobrigados) e licença utilizada. O documento está disponível para download na página principal do repositório.

8 CONCLUSÃO

Através da pesquisa realizada percebe-se que há vasta literatura disponível no que condiz à comunicação científica, ao movimento de acesso livre, e aos serviços de informação para disseminação da informação científica (tais como os Repositórios Institucionais). Apesar disso, pode-se dizer que são escassos os estudos sobre políticas para repositórios institucionais, principalmente as políticas de funcionamento para esses repositórios.

O número de registros de repositórios institucionais nos sítios do *OpenDOAR* e do *ROAR*, é atualmente 46 e 48, respectivamente. Totalizando o número de RIs registrados nesses diretórios, e excluindo aqueles duplicados (que estão registrados nos dois diretórios), o número total de RIs encontrados é de 39.

Após filtragem e seleção destes resultados, quanto à veracidade dessas informações, o número de repositórios que realmente se enquadram na categoria *Institucionais*, é de 39, no período da coleta de dados.

Quanto à política de funcionamento destes repositórios, dos 39 RIs encontrados, apenas 9 possuem políticas constituídas.

Constata-se que dentre as políticas analisadas, àquela pertencente ao repositório da Universidade de Brasília é a que mais se enquadra nas diretrizes do que deve possuir uma política de funcionamento, recomendadas por Barton e Waters (2004, apud LEITE, 2009), pois define as principais questões a serem definidas no documento, tais como: responsabilidades, tipos de materiais depositados, profissionais que podem fazer o depósito, direitos autorais, licenciamento de uso, planos de contingência entre outros.

As demais políticas levantadas trazem, quando muito, alguma prescrição sobre determinado tema, como: materiais desobrigados de depositar, objetivos do repositório, entretanto deixam de citar importantes questões que devem ser abordadas na política, ou citam superficialmente.

Um ponto em comum entre as políticas é que a maioria destas incentiva o autodepósito, e declara que a biblioteca da instituição poderá efetuar o registro seja criando novos registros ou importando os dados que já constem em outros sistemas.

Outro fator que chama atenção nas políticas levantadas é a titulação das mesmas: política de informação, institucional de informação técnico-científica, e de funcionamento. A única política denominada de Funcionamento é a do Repositório Institucional da Universidade de Brasília, e também a que mais se assemelha às

diretrizes recomendadas por Barton e Waters: RIUnB, já que aborda 9, das 14 questões. Uma hipótese para que isso ocorra pode ser a ausência de literatura que defina as nomenclaturas, características e divergências entre elas.

Quanto às questões esclarecidas nas políticas, observa-se que há grande divergência entre as mesmas, em não abordarem questões de extrema importância ao repositório, como a responsabilidade dos envolvidos; os tipos de materiais e conteúdos a serem depositados; critérios de comunidades e coleções; esclarecimento sobre direitos autorais, licenças, privacidade entre outros. Muitas questões são citadas apenas superficialmente, entretanto, dentre as sugeridas por Barton e Waters, poucas são abordadas nas políticas levantadas.

Através dos dados e informações obtidas nesta pesquisa, compreende-se que não há consenso nos próprios diretórios OpenDOAR e ROAR, quanto à categorização para os repositórios digitais, o que compromete o registro da instituição, uma vez que a categoria na qual se encontra seu repositório não exista e, sem mais opções, registra-o de forma errada em outra classificação. Além de não existir padronização nas categorias, não há instruções sobre cada uma delas.

Esta pesquisa demonstra uma das consequências para este fato, ao levantar muitos repositórios que se autodenominavam institucionais, porém se enquadravam em outras categorias.

Outro ponto que se mostra negativo foi a ausência de definição da política de preservação digital e descarte de itens, questões que deveriam ser explicitadas por sua importância na política do repositório institucional. Nenhuma das políticas analisadas trazia estes assuntos descritos.

Por outro lado, a existência de oito políticas constituídas para repositórios institucionais já pressupõe que as instituições estão preocupadas com a legalização jurídica de seus repositórios e estão, gradativamente, implantando repositórios para divulgação da sua produção técnico-científica e constituindo mandatos que definam as características do repositório, e sirvam como documento oficial e jurídico do sistema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos. **Sobre o pensamento de Peirce e a organização da informação.** ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação [Online]. Disponível em:
<<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/185/53>>. Acesso em: 4 Out. 2010.
- Blog do Kuramoto.** Disponível em: <<http://blogdokura.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 nov.2010.
- BORGES, Lucas Hideki Senju. **Estratégias de preservação para repositórios institucionais:** a Universidade Federal de Goiás como estudo de caso.2010, 56f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.
- CAFÉ, et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede. **Anais...CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 26., Belo Horizonte-MG, set. de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/5264/1/ENDOCOM_CAFE.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- DECLARAÇÃO de apoio ao acesso aberto à literatura científica: carta de São Paulo.** 2005. Disponível em:
<http://www.acessoaberto.org/carta_de_sao_paulo_acesso_aberto.htm>. Acesso em: 14 out. 2010.
- CAXIAS, Rodrigo Silva. Das tecnologias da informação à comunicação científica: críticas à nova cultura da pesquisa em Educação. **Em Questão**, v. 14, n. 2, 2008. 15p. Disponível em:
<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6470/4743>>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- DICIONÁRIO AULETE DIGITAL.** Repositório. LEXIKON. [online]. [S.l.]: LEXIKON Editora Digital, 2007. Windows (XP/Vista/98/2000/2003/7).
- ERASMUS UNIVERSITEIT ROTTERDAM. Disponível em:
<http://www.eur.nl/researchmatters/open_access/about_open_access/>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- FOX, Edward A.; Yang, Seungwon; KIM, Seonho. ETDs, NDLTD, and open access: a 5S perspective. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 75-90, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a09v35n2.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

KURAMOTO, Hélio. **14 de Outubro**: dia mundial do acesso livre ao conhecimento científico. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/10/15/14-de-outubro-dia-mundial-do-acesso-livre-ao-conhecimento-cientifico>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

_____. **Estudo examina o retorno econômico resultado do acesso livre (OA)**. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2010/09/27/estudo-examina-o-retorno-economico-resultado-do-acesso-livre-oa>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

_____. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p.91-102, 10 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

_____. **AO: tentando esclarecer conceitos I**. 2011. [online]. Disponível em: <<http://kuramoto.wordpress.com>>. Acesso em: 14 set. 2011.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009. Disponível em: <http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositorios.institucionais.F.Leite_atualizado.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

MACHADO, Murilo Milton. **Open Archives**: panorama dos repositórios. 2006, 101f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/pgcin/Murilo.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

MARQUES, Amélia Maria Nunes; MAIO, Silvia Raquel da. **Repositórios Institucionais**. Disponível em: <<http://repositoriosdigitais.web.simplesnet.pt/PDF%27S/Artigo%20%20Repositorios%20Institucionais.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MINI AURÉLIO. Repositório. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. ANJOS, Margarida dos. (org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. 873p.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.76-86 jan./jun.2005. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 15 out. 2010.

MUELLER, S. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, Brasil, 35, ago. 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/826/668>. Acesso em: 19 nov. 2010.

OLIVEIRA, Eloísa da Conceição Príncipe; CHALHUB, Tânia. O movimento de acesso livre à informação e repercussões nas revistas científicas ibero-americanas. Disponível em: http://www.oei.es/forocampinas/PDF_ACTAS/COMUNICACIONES/grupo8/216.pdf >. Acesso em: 15 nov. 2010.

OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi de; NORONHA, Daisy Pires. A comunicação científica e o meio digital. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2005. Disponível em: <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/53/51>. Acesso em: 10 set. 2010.

OPENDOAR – The Directory of Open Access Repositories. c2010. Disponível em: <http://www.opendoar.org>>. Acesso em: 20 out. 2010.

PRESTES, Catarina de Quevedo. **Construção de políticas para repositórios institucionais**: análise da ferramenta do OpenDOAR.2010, 88f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25761/000755148.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 20 nov. 2010.

ROAR - Registry of Open Access Repositories. c2010. Disponível em: <http://roar.eprints.org>> . Acesso em: 20 out. 2010.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, Paraíba, v. 10, n. 2, p.1-27, jul.2000. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/35/showToc>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth. **Repositórios institucionais**: diretrizes para políticas de informação. VIII ENANCIB. 28 a 31 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

ANEXO A - Política Institucional de Informação do RI da UFRGS

Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 5068 de 13 OUT 2010

Estabelece Política Institucional
de Informação para o LUME.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando a proposta do Comitê Gestor do Lume, designado pela Portaria 1036 de 11 de março de 2010,

R E S O L V E

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Informação para o Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Comitê Gestor.

Título I
INTRODUÇÃO

Art. 2º Lume é o Portal de acesso às coleções de objetos digitais produzidos no âmbito da Universidade. Excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidos por ela, tenham caráter ou importância singular para a Instituição.

Art. 3º O Repositório está organizado em Comunidades, Subcomunidades e Coleções. As comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, aos quais estão associados metadados e objetos digitais. Os objetos digitais podem conter texto, imagem, vídeo e áudio.

Título II
OBJETIVOS

Art. 4º O Lume tem como objetivos principais :

I - Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Continuação do ANEXO A - Política Institucional de Informação do RI da UFRGS



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

II - Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade;

III - Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da Universidade;

IV - Preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;

V - Promover o acesso a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de seus acervos, embora não produzidos por ela, maximizando o seu uso;

Título III INCLUSÃO DE COMUNIDADES E COLEÇÕES

Art. 5º Comunidades e Coleções, para serem incluídas no Lume, devem estar em consonância com os objetivos do Repositório.

Art. 6º A inclusão de nova comunidade está sujeita a parecer favorável do Comitê Gestor do Lume.

Art. 7º Os procedimentos de avaliação compreendem, prioritariamente, três aspectos relacionados a seguir:

I - de conteúdo, para assegurar a qualidade e a sua adequação aos objetivos do repositório;

II - de formato para garantir o acesso ao conteúdo dos arquivos;

III - de participação do proponente, para garantir a qualidade na definição e registro dos metadados e manutenção de fluxo contínuo de inclusão de novos objetos digitais.

Art. 8º Cada comunidade estará sujeita a critérios e procedimentos próprios, de acordo com as características e especificidades dos objetos digitais que inclui.

Título IV SUBMISSÃO DE OBJETOS DIGITAIS

Art. 9º Para ser incluído em Comunidades e Coleções do LUME, o objeto digital deve atender aos requisitos gerais relacionados a seguir:

Continuação do ANEXO A - Política Institucional de Informação do RI da UFRGS



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

- I - ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS;
- II- não ser efêmero;
- III - ser de acesso livre;
- IV - estar em formato digital, conforme definido pela equipe técnica do Lume;
- V - estar completo e finalizado;
- VI- conter metadados e objeto(s) digital(is);
- VII- o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de dar acesso ao público pela Internet e de preservar seu trabalho integral no Lume;
- VIII - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdos criados por outros, mas que façam parte de seu trabalho;

Art. 10º Para cada comunidade ou coleção será concedido prazo de embargo, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma.

Título V METADADOS

Art. 11º Os metadados devem seguir padrões internacionalmente aceitos e serão definidos conjuntamente pela equipe técnica do Lume e pelos responsáveis pela Comunidade, conforme as particularidades dos objetos digitais.

Art. 12º Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e de outros sistemas da Universidade. No caso de auto-arquivamento, o registro dos metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação da equipe técnica do Lume.

Título VI ACESSO E USO

Art. 13º Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons adotada no Lume;

Continuação do ANEXO A - Política Institucional de Informação do RI da UFRGS

Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

Art. 14º - O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, é vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia;

Art. 15º - Os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em partes, em novas publicações ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra.


CARLOS ALEXANDRE NETTO,
Reitor.

ANEXO B – Política Institucional de Informação do RI da USCS

Política Institucional de Informação da USCS



UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO
(Divulgação de Produção Intelectual)

O presente descritivo apresenta a política de informação da Instituição e regulamenta os critérios para a divulgação da produção intelectual dos docentes e discentes da USCS.

1. OBJETIVOS

- a) Apoiar a disseminação da produção bibliográfica dos professores pesquisadores da USCS;
- b) Carregar o Repositório Institucional (RI) da USCS com publicações científicas (livros, artigos em periódicos, dissertações, teses, monografias, trabalhos de conclusão de curso e relatórios de conclusão de iniciação científica dos projetos PIBIC-CNPq e USCS);

2. DIRETRIZES OPERACIONAIS

- a) Os docentes e pesquisadores da USCS, ao considerarem as revistas acadêmicas para publicação de seus artigos, serão orientados a privilegiar as revistas que não imponham restrições à publicação do artigo no repositório institucional da USCS (RI-USCS).
- b) Os docentes e pesquisadores da USCS, sejam autores ou co-autores, serão convidados a depositar suas publicações ocorridas em revistas acadêmicas no RI-USCS, para disponibilização em acesso livre, com as exceções definidas a seguir:
 - Para as revistas acadêmicas que não permitem a publicação do texto, mas que autorizam os autores a utilizarem seus textos para fins acadêmicos, atendendo às solicitações de docentes e discentes, o autor ou co-autor USCS deve realizar todo o processo de auto-arquivo, não vinculando o texto, mas declarando no sistema RI-USCS a possibilidade de envio do texto para fins acadêmicos;
 - Para as revistas acadêmicas que proibirem a publicação do texto no RI-USCS, como também seu envio para fins acadêmicos, o autor ou co-autor USCS deve realizar todo o procedimento de auto-arquivo, exceto a carga

Continuação do ANEXO B – Política Institucional de Informação do RI da USCS



(upload) do texto, porém com a carga do resumo do artigo e do link Internet (URL) que permita ao usuário do sistema RI-USCS encontrar o artigo.

- c) Aos artigos publicados em mídias (impressa ou eletrônica) que impõem restrição de publicação conjunta no RI-USCS, os autores e co-autores USCS devem disponibilizar alternativamente: a) drafts de versão anterior à encaminhada para avaliação por pares (*preprint* ou *working paper*); ou b) drafts de versão posterior à encaminhada para avaliação por pares (*postprint*);
- d) Todas unidades orgânicas (faculdades, centros de pesquisas e departamentos) devem colaborar na divulgação das práticas e das políticas de auto-arquivo/depósito da produção científica;
- e) Os autores de dissertações aprovadas pela USCS deverão assinar termo de consentimento para a realização de depósito de sua dissertação no RI-USCS, em sua versão final, já contendo inclusões e alterações de textos sugeridas pelas doutoras que compuseram a banca de arguição.
- f) Os autores de monografias aprovadas pela USCS deverão realizar o auto-depósito de sua monografia no RI-USCS, em sua versão final, já contendo inclusões e alterações de textos sugeridas pelos avaliadores.
- g) Professores da USCS são incentivados a incluir no RI-USCS materiais de autoria própria desenvolvidos para fins didáticos, como apostilas, apresentações, estudos de casos e demais materiais.

São Caetano do Sul, 12 de maio de 2004.

Prof. Sílvia Augusta Mincetti
Reitor

ANEXO C – Política de Funcionamento do RI da UnB



Política de funcionamento do Repositório Institucional da Universidade de Brasília

O Repositório Institucional da UnB é um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da Universidade de Brasília. Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição. Os seus objetivos são:

- Armazenar, preservar, divulgar e garantir acesso à produção científica e acadêmica da Universidade de Brasília em formato digital;
- Proporcionar visibilidade à produção científica da instituição;
- Apoiar as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico;
- Apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

1 Diretrizes gerais para conteúdos

Os conteúdos do Repositório Institucional da Universidade de Brasília devem possuir as seguintes características:

1. científicos ou academicamente orientados;
2. produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade de Brasília ou por membros da comunidade acadêmica;
3. devem estar em formato digital;
4. devem estar prontos para serem disseminados amplamente na rede ou, conforme exceções, acessível a níveis determinados;
5. O autor deve estar habilitado a garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do Repositório mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização do Autor.



2 Organização do Repositório

2.1 Comunidades

1. O Repositório é constituído de comunidades e subcomunidades que organizam seus conteúdos em coleções, unidades armazenadoras dos documentos depositados;
2. O critério fundamental para a criação de comunidades é a estrutura organizacional da Universidade de Brasília. As comunidades representam as faculdades, institutos, departamentos, centros de pesquisa, etc. Contudo, se houver necessidade de criação de comunidades que não se encaixam a esse critério, por exemplo, uma comunidade interdisciplinar ou multidisciplinar, os casos serão examinados um a um pelos gestores do Repositório;
3. Cada comunidade escolhe um coordenador, responsável pela interação da mesma com a Biblioteca Central;
4. A decisão sobre quem poderá ser depositante de uma comunidade deve ser explícita nas políticas da comunidade;
5. A orientação da política geral do Repositório é que depositantes de uma comunidade devam se encaixar em pelo menos uma das categorias abaixo:
 - Professores;
 - Pesquisadores;
 - Alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica;
 - Pessoa designada por professor ou pesquisador para efetuar suas submissões.

Continuação do ANEXO C – Política de Funcionamento do RI da UnB



Responsabilidades das Comunidades

1. Realizar submissão e descrição dos conteúdos;
2. Elaborar a política da comunidade em concordância com as políticas gerais do Repositório;
3. Tomar decisões sobre as definições da comunidade, coleções e membros em concordância com as políticas gerais do Repositório;
4. Informar aos gestores do Repositório sobre alterações significativas nas comunidades ou coleções que impactam no processo de submissão de documentos;
5. Responder às eventuais solicitações de confirmação de dados sobre a comunidade e estar apto a participar de eventuais avaliações dos serviços do Repositório;
6. Compreender e observar as políticas relevantes do Repositório e estar apta a educar os usuários membros das comunidades de acordo com essas orientações;
7. Definir o fluxo do processo de submissão de conteúdos da comunidade ou de cada uma das coleções que a constitui;
8. Orientar os seus membros sobre a necessidade de obtenção de liberação de direitos autorais para o depósito de documentos que já foram publicados e possuem restrição de copyright;

Prerrogativas das comunidades

1. Decidir sobre quem pode submeter conteúdos na comunidade, respeitando as determinações gerais das políticas do Repositório;

Continuação do ANEXO C – Política de Funcionamento do RI da UnB



2. Decidir os conteúdos que podem ser depositados nas coleções, respeitando as determinações gerais das políticas do Repositório;
3. Limitar o acesso a conteúdos ou itens a determinados indivíduos, grupos ou aos gestores do Repositório;
4. Customizar a interface da comunidade, conforme possibilidades preestabelecidas;
5. Criar ou eliminar subcomunidades após decisão conjunta com os gestores do Repositório, preservando-se os conteúdos já incluídos.

Responsabilidades da Biblioteca Central

1. Reter, manter os conteúdos submetidos ao Repositório;
2. Garantir a qualidade dos metadados que descrevem os conteúdos;
3. Validar os metadados que descrevem os conteúdos;
4. Disseminar conteúdos de acordo com as decisões da comunidade;
5. Preservar os conteúdos usando técnicas de preservação reconhecidamente válidas;
6. Notificar as comunidades de mudanças significativas de conteúdos, por exemplo, formatos de migração;
7. Treinar os depositantes para proceder à submissão de documentos.

Prerrogativas da Biblioteca Central

1. Corrigir os metadados dos itens submetidos no Repositório;
2. Inviabilizar a criação de comunidades ou coleções, bem como a publicação de documentos que não estejam de acordo com as diretrizes gerais de conteúdos do Repositório;

Continuação do ANEXO C – Política de Funcionamento do RI da UnB



3. Garantir a disponibilidade e a acessibilidade a conteúdos de comunidades que por qualquer motivo deixarem de existir;
4. Migrar o formato de itens caso o seu formato original depositado corra o risco de obsolescência;
5. Estabelecer, caso seja necessário, cotas de depósito (tamanho de arquivos);

2.2 Coleções

Uma coleção corresponde à unidade na qual os conteúdos serão depositados e organizados. Comunidades devem necessariamente criar coleções. É recomendável que as coleções sejam criadas tendo a tipologia dos documentos como critério principal. Ou seja, cada coleção deve corresponder a um tipo específico de documento, por exemplo: coleção de artigos publicados em periódicos, coleção de livros e capítulos de livros, coleção de trabalhos apresentados em eventos, coleção de teses e dissertações, etc. Contudo, caso haja necessidade e, mediante avaliação por parte dos gestores do Repositório, será possível criar coleções que não se encaixem nesse critério, como por exemplo, uma coleção temática, representando um tópico ou linha de pesquisa.

Caso uma determinada unidade acadêmica, que seja representada em uma comunidade e suas respectivas coleções, deixe de existir, a Biblioteca Central garantirá a acessibilidade dos conteúdos de suas coleções mediante ações, tais como:

- Caso a unidade acadêmica seja incorporada ou fundida com outra unidade, as coleções serão transferidas para o domínio da nova constituição acadêmica;
- Caso a unidade acadêmica seja extinta as coleções serão redistribuídas para comunidade de área do conhecimento afim, mediante interesse e acordo firmado com a comunidade receptora;
- Demais situações serão analisadas caso a caso.

Continuação do ANEXO C – Política de Funcionamento do RI da UnB



2.3 Tipos de documentos e formatos que podem ser submetidos no Repositório

É permitida a submissão dos seguintes tipos de documentos:

1. Artigos publicados em periódicos;
2. Trabalhos apresentados em eventos;
3. Teses e dissertações defendidas na UnB;
4. Teses e dissertações defendidas por docentes da UnB no período de vínculo com a Instituição.
5. Livros e capítulos de livros.
6. Os conteúdos submetidos devem estar em qualquer um dos formatos a seguir relacionados:

- | | | |
|---------|----------|--------|
| ▪ pdf, | ▪ ai, | ▪ psd, |
| ▪ xls, | ▪ mpp, | ▪ gif, |
| ▪ ppt, | ▪ mpx, | ▪ bmp, |
| ▪ wpd, | ▪ mpd, | ▪ rtf, |
| ▪ doc, | ▪ gif, | ▪ txt, |
| ▪ marc, | ▪ latex, | ▪ mov |
| ▪ os, | ▪ mpeg, | |
| ▪ eps, | ▪ mpa, | |

2.4 Participantes do processo de depósito de documentos

Os conteúdos serão submetidos pelos membros das comunidades. Podem auto-arquivar conteúdos no Repositório: professores, pesquisadores vinculados à universidade, alunos

Continuação do ANEXO C – Política de Funcionamento do RI da UnB



de doutorado e mestrado. Contudo, as comunidades são responsáveis pela decisão se todos esses ou parte deles tem permissão para o depósito.

2.5 Termo de Autorização do Autor

Os documentos a serem depositados no Repositório deverão ter autorização prévia dos detentores dos direitos autorais mediante a assinatura do Termo de Autorização do Autor.

Política de Acesso Aberto

A maioria dos documentos está disponível para livre acesso. Contudo, alguns documentos podem ter seu acesso restrito em respeito aos direitos autorais.

ANEXO D – Política do RI da UFBA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

PORTARIA Nº. 024/2010

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **considerando** a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta Instituição; **considerando** a necessidade de: **a)** preservar a produção científica; **b)** ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística técnica e tecnológica; **c)** potencializar o intercâmbio com outras instituições; **d)** acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; **e)** ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; **f)** facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; **g)** aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

RESOLVE:

Art. 1º - O grupo gestor da **Política do Repositório Institucional**, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL** doravante, neste documento, denominado de "RI";

Art. 2º - O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Art. 3º - O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives (Arquivos Abertos).

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre.

§1º - o aludido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista

Continuação do ANEXO D – Política do RI da UFBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

científica (*pre-prints*) assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou;

§3º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

§4º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

§5º - ficam desobrigados de depósito no **RI** os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;

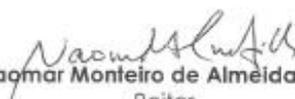
Art. 5º - Todos os documentos que não se enquadrarem no especificados no "Art.4º, parágrafos 1º e 2º", e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no **RI**.

Art. 6º - Para facilitar o povoamento do **RI**, a Biblioteca Central ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores efetuando a entrada de cada documento no **RI** ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 7º - Para o fiel cumprimento desta política, estabelecer-se-á mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Palácio da Reitoria, 07 de janeiro de 2010.


Naomar Monteiro de Almeida Filho
Reitor

ANEXO E - Política Institucional de Informação do RI da FURG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

RESOLUÇÃO Nº 005/2010
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
EM 16 DE ABRIL DE 2010

Dispõe sobre a Política Institucional
de Informação da FURG – PII FURG.

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na qualidade de Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, tendo em vista decisão deste Conselho tomada em reunião ordinária do dia 16 de abril de 2010, Ata nº 393,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Aprovar a política institucional de informação PII-FURG.

Artigo 2º - A Política Institucional de informação PII- FURG tem por finalidade estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual da FURG.

I - Toda a produção intelectual da Universidade Federal do Rio Grande deverá ser divulgada por meio impresso e/ou eletrônico.

II - Considera-se produção intelectual toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada por um processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos pela respectiva Unidade Acadêmica, seja publicada em meio impresso ou digital.

III – Como política Institucional de Informação, as Unidades Acadêmicas apoiarão a divulgação da produção intelectual, estabelecendo meios de publicação, seja impressa ou digital.

Artigo 3º - Como parte da Política Institucional de Informação da Universidade Federal do Rio Grande PII - FURG, será implementado um sistema de informações eletrônicas, no que tange ao registro, manutenção e acesso à produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição, considerando a necessidade de:

Continuação do ANEXO E - Política Institucional de Informação do RI da FURG

- I. preservar a produção intelectual da Instituição;
- II. ampliar a visibilidade da produção intelectual da Instituição;
- III. potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;
- IV. acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;
- V. ampliar o acesso à informação e à produção intelectual;
- VI. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;
- VII. fomentar o desenvolvimento social.

Parágrafo Único – Com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição e proporcionar maior visibilidade a essa produção, deverá ser implementado o Repositório Institucional (RI-FURG), interligado ao sistema de informação nacional e internacional.

Artigo 4º - O RI - FURG será gerenciado por um comitê gestor, nomeado pelo Reitor, que atuará integrado com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e a Pró-Reitoria de Graduação, o Núcleo de Informação e Documentação – NID e com o Núcleo da Tecnologia da Informação - NTI.

Parágrafo Único - O comitê gestor do RI - FURG estará vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), para fins de coordenação e apoio, e será constituído por um (1) representante da PROPESP, um (1) representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), 1 representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), 1 representante do NID e 1 representante do NTI.

Artigo 5º - O comitê gestor do RI – FURG terá as seguintes atribuições:

- I. implantar e viabilizar a utilização do repositório institucional (RI) da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição;
- II. orientar a organização do conjunto de informações institucionais, referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição;
- III. orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade destes e a comparabilidade das séries históricas;
- IV. orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuem como repositórios institucionais agregando informações;
- V. aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela Instituição;

Continuação do ANEXO E - Política Institucional de Informação do RI da FURG

VI. manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia da preservação digital;

VIII. propor normas e documentos que orientem as Unidades Acadêmicas da FURG ao registro da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição oriundas de atividades nela desenvolvidas.

Artigo 6º - O RI-FURG será composto pelo depósito de toda a produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição de autoria ou co-autoria de servidores da FURG, passíveis de registro nos termos definidos pela PII - FURG.

§ 1º - O depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é obrigatório e deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação.

§ 2º - Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de seis (6) meses da data de publicação da produção para depositá-lo no RI;

§3º - A divulgação do conteúdo da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é opcional, de acordo com os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI.

§4º - O Comitê gestor do RI-FURG disciplinará o depósito da produção intelectual discente, inclusive teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso da Universidade.

Artigo 7º - O RI será alimentado pelas Unidades da FURG e será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto internacional.

Artigo 8º - O RI será integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (*Open Archives*).

Artigo 9º - Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 10º. Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se às disposições em contrário.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin
PRESIDENTE DO CONSUN

ANEXO F - Política Institucional de Informação Técnico-Científica do RI da UFRN



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 059/2010-CONSEPE, de 13 de abril de 2010.

Estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Art. 17, Incisos I e III, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFRN e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.012920/2010-62,

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFRN.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

- I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa;
- II - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas da Instituição;
- III - 01 (um) representante da Superintendência de Comunicação;
- IV - 01 (um) representante da Superintendência de Informática;
- V - 01 (um) representante do Departamento de Biblioteconomia.

Art. 3º O depósito de informações referentes a produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. A assinatura do termo de autorização da disponibilização da produção técnico-científica será eletrônica, após registro no RI.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Continuação do ANEXO F - Política Institucional de Informação Técnico-Científica do RI da UFRN

Parágrafo único. Para efeito deste documento, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares.

Art. 5º O depósito, citado no artigo 3º, deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 6º Na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica (*pre-prints*³), assim como as alterações propostas pela revista que o publicou.

Parágrafo único. Para efeito deste documento, considera-se "*pre-prints*" a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado.

Art. 7º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 8º Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 9º A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 10. Para o cumprimento desta política, a UFRN estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria, em Natal, 13 de abril de 2010.

Ângela Maria Paiva Cruz
REITORA EM EXERCÍCIO

ANEXO G – Política de Informação do RI da UTFPR



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas



**POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UTFPR**

CURITIBA
dezembro de 2009

Continuação do ANEXO G – Política de Informação do RI da UTFPR

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR considerando a necessidade de promover o acesso às pesquisas no seu âmbito e aumentar a difusão de seus resultados irá:

- i. facilitar o desenvolvimento científico desta Instituição e a preservação de sua memória;
- ii. facilitar o acesso ao conhecimento científico pela sociedade e pela própria comunidade científica;
- iii. ampliar a visibilidade de sua produção científica junto à sociedade e seus desdobramentos;
- iv. acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e aprimorar as formações oferecidas;
- v. potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições e entre pares;
- vi. envidar esforços para que a revisão por pares, feita para todas as publicações dos periódicos da Instituição, estejam acessíveis *on-line* para avaliação;
- vii. aprimorar a administração de recursos humanos, materiais e financeiros nesta Instituição.

A Instituição reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da sua produção científica¹. Assim, para atender a estas necessidades a Universidade Tecnológica Federal do Paraná estabelece que:

1. a PROGRAD e a PROGPPG ficam responsáveis pela implantação desta Política Institucional de Informação ligada ao Portal de Informação em Acesso Aberto (PiA) da UTFPR;
2. um Comitê Gestor, nomeado pela Reitoria, fica responsável pela aplicação

¹ Para efeito deste documento, a produção científica é considerada como resultados de pesquisas divulgados em meios de comunicação científica tradicionais que têm revisão por pares.

Continuação do ANEXO G – Política de Informação do RI da UTFPR

dessa política;

3. o Sistema de Bibliotecas, composto pelas bibliotecas de todos os Campi da UTFPR, sob coordenação do Departamento de Bibliotecas, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, fica encarregado de sua organização e de seu aprimoramento lógico;
4. a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação fica responsável pela implantação e manutenção em termos de infraestrutura de Tecnologia de Informação dos sistemas computacionais necessários ao portal;
5. esse Portal, gerenciado pelo Sistema de Bibliotecas, será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

Farão parte do Portal Institucional de Informação da UTFPR:

- i. Repositório Institucional (RI);
- ii. Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA);
- iii. Periódicos Institucionais.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (RI)

1. Farão parte artigos publicados em periódicos ou em anais de eventos, avaliados por pares, teses e dissertações, livros e capítulos de livros, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da instituição;
2. o RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros;
3. a comunidade científica institucional publicará os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre imediato ou que façam constar em seus contratos de publicação ou em adendos a

Continuação do ANEXO G – Política de Informação do RI da UTFPR

estes contratos o depósito de artigos publicados (*pos-prints*²) em repositórios de acesso aberto;

4. o aludido depósito citado no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a sua publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou co-autor/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

5. na impossibilidade de divulgação no RI da versão publicada, devido às cláusulas contratuais mantidas pelo/a autor/a com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, que o/a autor/a realize o depósito com embargo³ pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

6. os documentos que contenham informações sigilosas devido às cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com outras organizações envolvidas, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

7. os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

8. no momento do depósito o/a autor/a deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*;

9. ficam desobrigados de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

10. os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;

11. para publicações impressas, o autor poderá solicitar à editora o direito de colocar o seu texto integral em arquivo digital no RI e em diretórios da sua área do conhecimento;

12. de maneira a facilitar o povoamento do RI, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-

² Para efeito deste documento, considera-se “pos-prints” a versão de um artigo já publicado em revistas científicas;

³ Para efeito deste documento, considera-se “depósito com embargo” aquele realizado com restrições de publicação e que estará disponível *on-line* após o prazo determinado.

Continuação do ANEXO G – Política de Informação do RI da UTFPR

Graduação, as respectivas Diretorias em cada *Campus* e as Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro da produção científica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

REPOSITÓRIO DE OUTRAS COLEÇÕES ABERTAS (ROCA)

1. Farão parte trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, produção audiovisual, registros iconográficos e demais coleções mediante avaliação de demanda;
2. os trabalhos de conclusão de curso e monografias de especialização, produzidos por acadêmicos da instituição serão depositados imediatamente após a sua aprovação final. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou orientador/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses desta data para depositá-lo;
 - 2.1 os documentos que contenham informações sigilosas, devido às cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com outras organizações envolvidas, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;
 - 2.2 os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;
 - 2.3 no momento do depósito, o(a) autor(a) deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*;
 - 2.4 os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;
 - 2.5 de maneira a facilitar o povoamento, as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Graduação e Educação Profissional, as respectivas Diretorias em cada *Campus* e as Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de

Continuação do ANEXO G – Política de Informação do RI da UTFPR

Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro desta produção, mediante autorização dos autores, seja efetuando a entrada de cada documento ou importando os dados já registrados em outros sistemas;

3. a produção audiovisual, os registros iconográficos e demais coleções podem ser resultado de trabalhos internos ou externos à Instituição e serão depositados após a análise do Comitê Gestor.

PERIÓDICOS INSTITUCIONAIS

1. Os periódicos institucionais deverão, preferencialmente, ser gerenciados com o auxílio da plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e disponibilizados no Portal da Informação;

2. os periódicos institucionais deverão ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros;

3. os editores de periódicos solicitarão aos autores de artigos apenas os direitos de publicação, possibilitando seu depósito em outros repositórios digitais;

4. os periódicos serão gerenciados de acordo com a Política Editorial vigente na Instituição.

5. Cada periódico será administrado por um editor, apoiado por um conselho editorial heterogêneo, constituído de integrantes que devem ser especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional, devidamente identificados na publicação. Além disso, deverá existir, ainda, um conselho consultivo renomado, constituído de especialistas nas áreas de cobertura do periódico, atentando-se à cobertura nacional e internacional, evitando assim a endogenia.

Continuação do ANEXO G – Política de Informação do RI da UTFPR

Para o cumprimento desta política, a UTFPR estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem referendá-la junto à comunidade e evitar duplicações de esforços. Além disso, a implementação desta política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do portal da informação e, por conseguinte, a preservação da produção institucional e seu acesso aberto à sociedade.

Visando à flexibilidade das ações, a Política Institucional de Informação será revisada pelo Comitê Gestor, quando se fizer necessário, com a finalidade de garantir sua adequação aos objetivos da instituição.

Esta Política Institucional de Informação entrará em vigor a partir da data da sua homologação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2009.

Anna Terezinha Ribeiro Caruso
Presidente da Comissão do Repositório Institucional



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 02/CONSUNI, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Universitário, em sua reunião de 29 de abril de 2011, na forma do que dispõe o inciso V do artigo 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, combinado com os artigos 11, letra *b*, e 25, letra *s* do Estatuto em vigor, e com o artigo 18 do Regimento Geral,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFC e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e de apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica, cultural e artística na Universidade Federal do Ceará, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFC.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

Continuação do ANEXO H - Política Institucional de Informação Técnico-Científica do RI da UFC

II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação;

III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão;

IV - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas;

V - 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);

VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. O autor deve garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização a ser assinado pelo Autor.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 5º São considerados autores dos conteúdos do RI os membros da comunidade científica institucional, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos da UFC.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares, bem como documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade Federal do Ceará ou por membros da comunidade universitária.

Art. 6º Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos:

I - artigos publicados em periódicos científicos;

II - teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFC;

III - teses e dissertações defendidas extra UFC cuja autoria é de servidores desta instituição;

IV - livros e capítulos de livros;

V - trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;

Continuação do ANEXO H - Política Institucional de Informação Técnico-Científica do RI da UFC

VI - produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos.

Art. 7º Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo *Creative Commons*

Art. 8º O depósito, citado no art. 3º, poderá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 10. Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 11. A Biblioteca Universitária poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 12. Para o cumprimento desta política, a UFC estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 29 de abril de 2011.

Prof. Jesualdo Pereira Farias
Reitor